

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

31 de dezembro de 2015 e 2014 com  
Relatórios dos Auditores Independentes

Relatório dos auditores independentes  
sobre as demonstrações financeiras .....1

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS**

Balancos patrimoniais .....	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido ....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	8
Demonstrações do valor adicionado .....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11

# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.  
São Paulo - SP

## INTRODUÇÃO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

## **OUTROS ASSUNTOS**

### **Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de março de 2016.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti  
Contador CRC-1SP144343/O-3

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	<b>62.873</b>	12.194	<b>772.903</b>	605.115
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	<b>49.666</b>	54.959
Clientes	8	-	-	<b>197.979</b>	162.733
Tributos a recuperar	9	<b>35.243</b>	36.451	<b>67.955</b>	63.049
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	10	<b>14.527</b>	12.558	-	222
Despesas antecipadas	11	<b>29</b>	3	<b>8.798</b>	6.490
Partes relacionadas	20	<b>227</b>	47	-	-
Outros créditos		<b>702</b>	2.809	<b>20.834</b>	30.132
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>113.601</b>	<b>64.062</b>	<b>1.118.135</b>	<b>922.700</b>
<b>Não circulante</b>					
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	<b>684</b>	645
Tributos diferidos	16. a)	-	-	<b>669.845</b>	520.055
Depósitos judiciais	12	<b>1.949</b>	1.783	<b>211.119</b>	130.447
Partes relacionadas	20	<b>30.942</b>	-	-	-
Outros créditos		-	-	<b>23.116</b>	14.893
Despesas antecipadas	11	-	-	<b>190</b>	240
Investimentos:					
Em controladas e coligadas	13	<b>1.235.605</b>	1.230.066	<b>1.025</b>	256.434
Ágio	13	<b>1.118.527</b>	943.184	-	-
Imobilizado	14	<b>3.604</b>	4.185	<b>870.470</b>	502.303
Intangível	15	<b>488</b>	385	<b>4.966.399</b>	4.354.153
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>2.391.115</b>	<b>2.179.603</b>	<b>6.742.848</b>	<b>5.779.170</b>

<b>Total do ativo</b>	<b>2.504.716</b>	<b>2.243.665</b>	<b>7.860.983</b>	<b>6.701.870</b>
-----------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA EXPLICATIVA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Circulante</b>					
Fornecedores		<b>1.059</b>	2.013	<b>94.158</b>	90.799
Empréstimos e financiamentos	18	-	497.435	<b>494.835</b>	740.600
Debêntures	19	<b>17.583</b>	-	<b>822.090</b>	206.960
Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	<b>889</b>	112	<b>38.509</b>	29.240
Obrigações sociais e trabalhistas	25	<b>13.952</b>	11.387	<b>79.493</b>	63.879
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	<b>658</b>	122
Partes relacionadas	20	<b>89</b>	56	<b>9.185</b>	3.601
Obrigações com o poder concedente	23	-	-	<b>21.369</b>	20.618
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16.c)	-	-	<b>15.911</b>	37.160
Provisão para manutenção	21	-	-	<b>55.869</b>	66.827
Provisão para construção de obras futuras	22	-	-	<b>43.227</b>	7.832
Dividendo mínimo obrigatório	27.e)	<b>25.881</b>	-	<b>25.881</b>	-
Adiantamento de clientes		-	-	<b>10.386</b>	-
Outras contas a pagar		<b>1.861</b>	1.957	<b>16.026</b>	7.248
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>61.314</b>	<b>512.960</b>	<b>1.727.597</b>	<b>1.274.886</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	<b>491.872</b>	276.891
Debêntures	19	<b>597.530</b>	-	<b>3.471.414</b>	2.961.456
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	<b>8.221</b>	-
Partes relacionadas	20	<b>263.074</b>	-	-	-
Outras contas a pagar		<b>28</b>	10	<b>33.316</b>	31.124
Tributos diferidos	16.a)	<b>295</b>	251	<b>21.712</b>	26.599
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	26	-	75	<b>215.061</b>	159.046
Provisão para manutenção	21	-	-	<b>179.574</b>	152.997
Provisão para construção de obras futuras	22	-	-	<b>51.641</b>	2.437
Obrigações com o poder concedente	23	-	-	<b>22.121</b>	32.248
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>860.927</b>	<b>336</b>	<b>4.494.932</b>	<b>3.642.798</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	27. a)	<b>1.320.549</b>	1.320.549	<b>1.320.549</b>	1.320.549
Reserva de lucros - legal	27. c)	<b>160.791</b>	155.342	<b>160.791</b>	155.342
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	27. e)	<b>77.644</b>	235.897	<b>77.644</b>	235.897
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	27. f)	<b>47.517</b>	42.607	<b>47.517</b>	42.607
Reserva de capital - alienação part. acionistas não controladores		<b>5.441</b>	5.441	<b>5.441</b>	5.441
Ações em tesouraria	27. g)	<b>(29.467)</b>	(29.467)	<b>(29.467)</b>	(29.467)
Atribuído à participação dos acionistas controladores		<b>1.582.475</b>	1.730.369	<b>1.582.475</b>	1.730.369
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio das controladas	27. h)	-	-	<b>55.979</b>	53.817
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.582.475</b>	<b>1.730.369</b>	<b>1.638.454</b>	<b>1.784.186</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.504.716</b>	<b>2.243.665</b>	<b>7.860.983</b>	<b>6.701.870</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	NOTA EXPLICATIVA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Receita líquida</b>	28	-	-	<b>2.900.707</b>	2.937.001
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>29</b>	-	-	<b>(1.620.189)</b>	<b>(1.721.156)</b>
<b>Lucro bruto</b>		-	-	<b>1.280.518</b>	1.215.845
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	29	<b>(49.324)</b>	(99.875)	<b>(331.282)</b>	(358.476)
Resultado de equivalência patrimonial	13.a)	<b>228.038</b>	371.463	<b>(15.812)</b>	(28.420)
Juros sobre o capital próprio recebidos	13.a)	<b>27.889</b>	-	-	-
Amortização do ágio sobre investimento	13.a)	<b>(26.484)</b>	(26.484)	-	-
Ganho sobre alienação de investimento	5.a)	-	274.067	-	274.067
Outras receitas (despesas), líquidas		<b>28.956</b>	(5.121)	<b>12.320</b>	6.402
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>209.075</b>	<b>514.050</b>	<b>945.744</b>	<b>1.109.418</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	30	<b>26.514</b>	13.233	<b>144.435</b>	127.645
Despesas financeiras	30	<b>(126.571)</b>	(34.944)	<b>(832.446)</b>	(520.155)
		<b>(100.057)</b>	(21.711)	<b>(688.011)</b>	(392.510)
<b>Lucro operacional antes do imposto de renda E da contribuição social</b>		<b>109.018</b>	<b>492.339</b>	<b>257.733</b>	<b>716.908</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Correntes	16. b)	-	(20.395)	<b>(220.365)</b>	(241.440)
Diferidos	16. b)	<b>(44)</b>	(44)	<b>78.404</b>	(1.218)
		<b>(44)</b>	(20.439)	<b>(141.961)</b>	(242.658)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>108.974</b>	<b>471.900</b>	<b>115.772</b>	<b>474.250</b>
<b>Atribuível a:</b>					
Participação dos acionistas controladores		<b>108.974</b>	471.900	<b>108.974</b>	471.900
Participação dos acionistas não controladores		-	-	<b>6.798</b>	2.350
		<b>108.974</b>	<b>471.900</b>	<b>115.772</b>	<b>474.250</b>
<b>Lucro líquido por ação (em R\$) - básico</b>	<b>31</b>	<b>0,20</b>	<b>0,85</b>		
<b>Lucro líquido por ação (em R\$) - diluído</b>	<b>31</b>	<b>0,20</b>	<b>0,84</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>108.974</b>	471.900	<b>115.772</b>	474.250
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>108.974</b>	<b>471.900</b>	<b>115.772</b>	<b>474.250</b>
<b>Atribuível a:</b>				
Acionista controlador			<b>108.974</b>	471.900
Acionistas não controladores			<b>6.798</b>	2.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	NOTA EXPLICATIVA	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL, OPÇÕES OUTORGADAS E AÇÕES EM TESOURARIA
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>1.320.549</b>	<b>33.611</b>
Efeito da venda de participação a acionistas não controladores nas controladas		-	-
Opções de ações outorgadas reconhecidas	27.f)	-	5.949
Ações em tesouraria	27.g)	-	(20.979)
Dividendos distribuídos (R\$0,87 por ação)	27.e)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-
Destinação do lucro:			
Reserva legal	27.c)	-	-
Dividendos intermediários pagos (R\$0,23 por ação)	27.e)	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$0,14 por ação)		-	-
Constituição para reserva de dividendos	27.e)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>1.320.549</b>	<b>18.581</b>
Opções de ações outorgadas reconhecidas	27.f)	-	<b>4.910</b>
Dividendos distribuídos (R\$0,42 por ação)	27.e)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-
Destinação do lucro:			
Reserva legal	27.c)	-	-
Dividendos mínimo obrigatório (R\$0,04 por ação)	27.e)	-	-
Constituição para reserva de dividendos	27.e)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>1.320.549</b>	<b>23.491</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA COMPANHIA			LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS CONTROLADAS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
RESERVAS DE LUCROS						
LEGAL	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	ORÇAMENTO DE CAPITAL				
<b>131.747</b>	<b>197.958</b>	<b>388.105</b>	-	<b>2.071.970</b>	<b>26.059</b>	<b>2.098.029</b>
-	-	-	-	-	31.500	31.500
-	-	-	-	5.949	103	6.052
-	-	-	-	(20.979)	-	(20.979)
-	(197.958)	(388.105)	-	(586.063)	(6.195)	(592.258)
-	-	-	471.900	471.900	2.350	474.250
-	-	-	-	-	-	-
23.595	-	-	(23.595)	-	-	-
-	-	-	(130.105)	(130.105)	-	(130.105)
-	-	-	(82.303)	(82.303)	-	(82.303)
-	235.897	-	(235.897)	-	-	-
155.342	235.897	-	-	1.730.369	53.817	1.784.186
-	-	-	-	<b>4.910</b>	<b>81</b>	<b>4.991</b>
-	<b>(235.897)</b>	-	-	<b>(235.897)</b>	<b>(4.717)</b>	<b>(240.614)</b>
-	-	-	<b>108.974</b>	<b>108.974</b>	<b>6.798</b>	<b>115.772</b>
-	-	-	-	-	-	-
<b>5.449</b>	-	-	<b>(5.449)</b>	-	-	-
-	-	-	<b>(25.881)</b>	<b>(25.881)</b>	-	<b>(25.881)</b>
-	<b>77.644</b>	-	<b>(77.644)</b>	-	-	-
<b>160.791</b>	<b>77.644</b>	-	-	<b>1.582.475</b>	<b>55.979</b>	<b>1.638.454</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>108.974</b>	471.900	<b>115.772</b>	474.250
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido (Aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:</b>				
Depreciações e amortizações	<b>689</b>	644	<b>365.627</b>	308.957
Amortização de ágio	<b>26.484</b>	26.484	-	-
Capitalização de juros	-	-	<b>(573)</b>	(378)
Prêmio de opção com base em ações	<b>2.935</b>	3.652	<b>4.910</b>	5.949
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	<b>95</b>	123	<b>7.415</b>	5.986
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	<b>98.456</b>	32.726	<b>740.521</b>	457.654
Variação monetária com o poder concedente	-	-	<b>7.352</b>	6.393
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	21	<b>(1.702)</b>	25.373
Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	6	<b>28.179</b>	8.559
Provisão para manutenção e provisão para construção de obras	-	-	<b>91.887</b>	105.254
Atualização monetária da provisão para manutenção e provisão para construção de obras	-	-	<b>21.960</b>	15.352
Receita sobre títulos e valores mobiliários	-	-	<b>(6.562)</b>	(9.909)
Provisão para Credores de Liquidação Duvidosa - PCLD	-	-	<b>859</b>	(1.527)
Resultado de equivalência patrimonial e juros sobre capital próprio recebidos	<b>(255.927)</b>	(371.463)	<b>15.812</b>	28.420
Levantamento dos depósitos judiciais	-	8.934	<b>2.592</b>	10.136
Atualização monetária dos depósitos judiciais	<b>(166)</b>	(360)	<b>(22.657)</b>	(9.886)
Tributos diferidos	<b>44</b>	44	<b>(78.404)</b>	1.218
Juros de mútuos ativos	<b>(12.570)</b>	-	-	-
Juros de mútuos passivos	<b>19.186</b>	-	-	-
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>				
Clientes	-	-	<b>10.242</b>	(9.555)
Partes relacionadas - clientes	<b>(180)</b>	-	<b>370</b>	-
Tributos a recuperar	<b>1.208</b>	(21.604)	<b>(26)</b>	(26.473)
Despesas antecipadas	<b>(26)</b>	13	<b>1.780</b>	425
Pagamento de depósitos judiciais	-	-	<b>(20.094)</b>	(42.298)
Outros créditos	<b>2.107</b>	1.062	<b>16.144</b>	(4.720)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>				
Fornecedores	<b>(954)</b>	(2.655)	<b>(17.592)</b>	10.882
Obrigações sociais e trabalhistas	<b>2.565</b>	4.055	<b>1.648</b>	10.428
Impostos, taxas e contribuições a recolher	<b>777</b>	(192)	<b>2.469</b>	(1.666)
Partes relacionadas - fornecedores	<b>33</b>	39	<b>(2.550)</b>	71
Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	<b>(75)</b>	-	<b>(14.071)</b>	(10.034)

CONTINUA »

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais - R\$)

» CONTINUAÇÃO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Pagamentos de manutenção e construção de obras	-	-	<b>(99.209)</b>	(80.348)
Outras contas a pagar	<b>(78)</b>	(11.883)	<b>10.781</b>	(49.077)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	<b>(21.856)</b>	24.049
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(6.423)</b>	<b>141.546</b>	<b>1.161.024</b>	<b>1.253.485</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	<b>373.344</b>	420.474	<b>1.342</b>	5.024
Efeito acionistas não controladores	-	-	<b>81</b>	31.603
Investimento em controladas - venda de participação - vide Nota Explicativa nº 5.a)	-	18.065	-	18.059
Pagamento de dividendos minoritários	-	-	<b>(4.717)</b>	(6.195)
Aquisição de imobilizado e intangível	<b>(306)</b>	(904)	<b>(603.783)</b>	(931.649)
Partes relacionadas - mútuos	<b>(18.372)</b>	-	-	-
Investimento em controladas - aquisição controle Elog - vide Nota Explicativa nº 5.b)	<b>(247.746)</b>	-	<b>(227.411)</b>	-
Investimento em controladas - efeito caixa aquisição controle elog - vide Nota Explicativa nº 5.b)	-	-	<b>20.774</b>	-
Investimento em controladas - reestruturação societária - vide Nota Explicativa nº 2.2)	<b>157.825</b>	-	-	-
Investimento em controladas - redução de capital	<b>111.767</b>	-	<b>54.800</b>	-
Investimento em controladas - aportes de capital	<b>(346.623)</b>	(98.500)	-	(55.000)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>29.889</b>	<b>339.135</b>	<b>(758.914)</b>	<b>(938.158)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Comissão sobre notas promissórias	-	438	-	438
Partes relacionadas - mútuos	<b>243.888</b>	-	-	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	<b>(16.728)</b>	(16.578)
Títulos e valores mobiliários	-	-	<b>11.816</b>	35.850
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	<b>595.746</b>	-	<b>1.067.656</b>	656.181
Captação de notas promissórias	-	474.531	-	474.531
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	<b>(193.377)</b>	(492.301)
Pagamento de notas promissórias	<b>(475.000)</b>	(275.000)	<b>(475.000)</b>	(275.000)
Pagamento de ações em tesouraria	-	(20.979)	-	(20.979)
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-	-	<b>8.757</b>	(8.707)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	<b>(235.897)</b>	(798.471)	<b>(248.233)</b>	(798.471)
Juros pagos	<b>(101.524)</b>	(26.022)	<b>(389.213)</b>	(336.219)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>27.213</b>	<b>(645.503)</b>	<b>(234.322)</b>	<b>(781.255)</b>
<b>Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>50.679</b>	<b>(164.822)</b>	<b>167.788</b>	<b>(465.928)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<b>12.194</b>	177.016	<b>605.115</b>	1.071.043
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<b>62.873</b>	12.194	<b>772.903</b>	605.115
<b>Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>50.679</b>	<b>(164.822)</b>	<b>167.788</b>	<b>(465.928)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Receitas</b>				
Com arrecadação de pedágio	-	-	<b>2.108.187</b>	1.887.682
Com construção	-	-	<b>443.090</b>	713.563
Portuárias	-	-	<b>352.702</b>	508.346
Logística	-	-	<b>203.604</b>	-
Acessórias	-	-	<b>71.905</b>	62.605
Outras receitas	-	-	<b>6.970</b>	11.261
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custo dos serviços prestados	-	-	<b>(917.337)</b>	(1.137.524)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<b>(17.487)</b>	(58.595)	<b>(159.442)</b>	(224.944)
<b>Valor (consumido) adicionado bruto</b>	<b>(17.487)</b>	<b>(58.595)</b>	<b>2.109.679</b>	<b>1.820.989</b>
Depreciação e amortização	<b>(689)</b>	(644)	<b>(365.627)</b>	(308.957)
Amortização de investimentos	<b>(26.484)</b>	(26.484)	-	-
<b>Valor (consumido) adicionado líquido Produzido pela Companhia</b>	<b>(44.660)</b>	<b>(85.723)</b>	<b>1.744.052</b>	<b>1.512.032</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Receitas financeiras	<b>26.514</b>	13.233	<b>144.435</b>	127.645
Resultado de equivalência patrimonial	<b>255.927</b>	371.463	<b>(15.812)</b>	(28.420)
Outros	<b>28.956</b>	274.067	-	274.067
	<b>311.397</b>	658.763	<b>128.623</b>	373.292
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>266.737</b>	<b>573.040</b>	<b>1.872.675</b>	<b>1.885.324</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>266.737</b>	573.040	<b>1.872.675</b>	1.885.324
<b>Pessoal</b>	<b>29.351</b>	43.554	<b>440.249</b>	373.440
Remuneração direta	<b>27.440</b>	40.222	<b>335.763</b>	287.413
Benefícios	<b>1.079</b>	1.713	<b>76.824</b>	67.494
FGTS	<b>832</b>	1.619	<b>27.662</b>	18.533
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>44</b>	20.439	<b>427.701</b>	488.904
Federais	<b>44</b>	20.439	<b>294.653</b>	372.083
Estaduais	-	-	<b>1.536</b>	168
Municipais	-	-	<b>131.512</b>	116.653
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>128.368</b>	37.147	<b>888.953</b>	548.730
Juros	<b>97.724</b>	32.726	<b>488.063</b>	317.969
Aluguéis	<b>1.797</b>	2.203	<b>56.507</b>	28.575
Outros efeitos financeiros	<b>28.847</b>	2.218	<b>344.383</b>	202.186
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>108.974</b>	471.900	<b>115.772</b>	474.250
Dividendos	<b>25.881</b>	130.105	<b>25.881</b>	130.105
Participação dos acionistas não controladores	-	-	<b>6.798</b>	2.350
Reserva legal	<b>5.449</b>	23.595	<b>5.449</b>	23.595
Juros sobre o capital próprio	-	82.303	-	82.303
Constituição para reserva de dividendos	<b>77.644</b>	235.897	<b>77.644</b>	235.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“EcoRodovias”, “EcoRodovias Infraestrutura” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla “ECOR3”. A Companhia iniciou suas atividades em 7 de novembro de 2000 e tem por objeto operar ativos de logística intermodal, por meio da exploração de concessão de rodovias, assim como exploração de negócios de logística, tais como retroáreas, armazéns alfandegados, centros de distribuição, terminais portuários, entre outros, e a participação em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP.

As controladas diretas e indiretas da Companhia (“Grupo EcoRodovias”) estão sumariadas na Nota Explicativa nº 2.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 11 de março de 2016.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

#### a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo Inter-

national Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

#### b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a

partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Em 31 de dezembro de 2015, não existiam instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

## 2.2 Base de consolidação e investimentos em controladas

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Joint venture é um tipo de acordo conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da joint venture. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

Os investimentos da Companhia em sua coligada e na joint venture são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Todas as informações relevantes próprias as demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, as quais correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão.

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

	31/12/2015	31/12/2014	ATIVIDADE PRINCIPAL
<b>Controladas diretas:</b>			
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	100,00%	100,00%	Participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além da prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
EIL01 Participações S.A.	100,00%	100,00%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Ecoporto Santos S.A.	100,00%	100,00%	Operações portuárias, manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação no Porto de Santos.
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	100,00%	100,00%	Manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
Ecoporto Transporte Ltda.	100,00%	100,00%	Movimentação interna de contêineres das empresas Ecoporto Santos e Termares, atendendo ao mercado de transporte de carga fracionada e de distribuição.
Elog S.A.	100,00%	80,00%	Prestação de serviços de armazéns-gerais e serviços específicos de logística. Holding do segmento de logística da Companhia.

	31/12/2015	31/12/2014	ATIVIDADE PRINCIPAL
<b>Controladas em conjunto:</b>			
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	<b>20,00%</b>	20,00%	Exploração do Contorno Metropolitano Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

	31/12/2015	31/12/2014	ATIVIDADE PRINCIPAL
<b>Controladas indiretas:</b>			
<b>Controladas via EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.</b>			

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	<b>100,00%</b>	100,00%	Exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	<b>100,00%</b>	100,00%	Opera mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão.
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	<b>100,00%</b>	100,00%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 006 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	<b>100,00%</b>	100,00%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 003 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	<b>90,00%</b>	90,00%	Exploração pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	<b>58,00%</b>	58,00%	Exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA.
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte	<b>100,00%</b>	-	Exploração da concessão da rodovia BR-101/RJ - Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) "Ponte Rio-Niterói".

<b>Controladas via Elog S.A.:</b>			
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	<b>100,00%</b>	80,00%	Administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões, cargas e contêineres com destino ao Porto de Santos.
ELG-01 Participações Ltda.	<b>100,00%</b>	80,00%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Elog Logística Sul Ltda.	<b>100,00%</b>	80,00%	Prestação de serviços de armazéns-gerais e serviços específicos de logística.
Anish Empreendimentos e Participações Ltda.	<b>100,00%</b>	80,00%	Empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis e participação em outras sociedades civis ou comerciais.
Paquetá Participações Ltda.	<b>100,00%</b>	80,00%	Administração de bens próprios.
Maringá Armazéns Gerais	<b>100,00%</b>	-	Prestação de serviços de armazéns gerais
Maringá Serv. Auxiliares Ltda.	<b>100,00%</b>	-	Prestação de serviços específicos de logística

## Reestruturação societária

Em 22 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a transferência, por meio de alienação, da totalidade de suas 87.000.058 ações representativas de 58% do capital social da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., bem como a totalidade das 120.000.000 de ações representativas de 100% do capital social da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, para a controlada direta da Companhia

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., pelo valor de R\$70.525 e R\$87.300, respectivamente, representado pelos valores contábeis das então investidas em 30 de novembro de 2015, portanto sem geração de ágio.

A seguir, a Companhia apresenta os ativos e passivos identificáveis das investidas na data da reestruturação (data-base de 30 de novembro de 2015):

	ECO101	ECOPONTE	30/11/2015
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	71.523	77.603	<b>149.126</b>
Clientes	9.468	6.900	<b>16.368</b>
Tributos a recuperar	1.573	370	<b>1.943</b>
Partes relacionadas	-	12	<b>12</b>
Despesas antecipadas	1.911	1.482	<b>3.393</b>
Outros créditos	209	244	<b>453</b>
Depósitos judiciais	256	-	<b>256</b>
Tributos diferidos	14.754	41	<b>14.795</b>
Imobilizado	31.272	1.012	<b>32.284</b>
Intangível	335.513	7.451	<b>342.964</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>466.479</b>	<b>95.115</b>	<b>561.594</b>
<b>Passivo</b>			
Fornecedores	9.819	1.963	<b>11.782</b>
Impostos e contribuições a recolher	2.225	861	<b>3.086</b>
Empréstimos e financiamentos	316.348	-	<b>316.348</b>
Obrigações com poder concedente	453	236	<b>689</b>
Provisão para manutenção	59	-	<b>59</b>
Partes relacionadas	939	678	<b>1.617</b>
Encargos sociais a pagar	4.699	2.081	<b>6.780</b>
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	1.792	<b>1.792</b>
Outras contas a pagar	439	4	<b>443</b>
Provisão para manutenção	5.310	-	<b>5.310</b>
Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	64	-	<b>64</b>
Outras contas a pagar	4.529	201	<b>4.730</b>
	<b>344.884</b>	<b>7.816</b>	<b>352.700</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>121.595</b>	<b>87.299</b>	<b>208.894</b>
<b>Total da contraprestação</b>	<b>70.526</b>	<b>87.299</b>	<b>157.825</b>
<b>Não controladores</b>	<b>51.069</b>	<b>-</b>	<b>51.069</b>



### 2.3 Contratos de concessão

Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade:

- I) **Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.**  
Explora o Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6). Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigera até outubro de 2025.
- II) **Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas**  
Administra conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 134,9 km de extensão. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigera até junho de 2039.
- III) **Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.**  
Explora 136,7 km de rodovia, constituídos por: (a) BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigera até novembro de 2021.
- IV) **Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas**  
Explora o trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, no Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no mesmo estado. O prazo de duração do contrato concessão é de 24 anos (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021). A concessão foi contabilizada como ativo intangível.

- V) **Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul**  
Explora as seguintes rodovias e trechos:

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO (KM)
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	125,6
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	123,0

O fim da concessão, contabilizada como ativo intangível, está previsto para março de 2026. Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

- VI) **ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.**  
Explora pelo regime de concessão da Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ. A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir da data de assunção e transferência dos bens ocorrida em 10 de maio de 2013) consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. Ao término do período de concessão em maio de 2038, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

- VII) **Ecoporto Santos S.A.**  
A Ecoporto Santos S.A. é uma empresa brasileira que realiza operações portuárias e também o manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação, com terminal próprio no Porto de Santos, nos termos da licitação 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP. O prazo contratual é de 25 anos, o qual se encerra em 12 de junho de 2023, renováveis por mais 25 anos, tomando a premissa pela renovação, o contrato de concessão será extinto em 2048.

VIII) Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte  
Em 18 de maio de 2015 a Companhia, através de sua controlada Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, assinou o contrato de concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1º de junho de 2015, da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), "Ponte Rio-Niterói".

#### 2.4 Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia e consolidadas:

#### a) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

#### b) Instrumentos financeiros

##### i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros recebíveis e instrumentos financeiros.

#### Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

- **Empréstimos e recebíveis**  
São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**  
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

#### Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Em 31 de dezembro de 2015 não existem ativos financeiros a valor justo.

#### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento

inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

#### ii) Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e contratos de garantia financeira.

#### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Empréstimos e financiamentos**  
Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.
- **Contratos de garantia financeira**  
Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

#### Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa

substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

#### iii) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Até 31 de dezembro de 2015 não houve indenizações relevantes.

#### c) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

#### Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

#### Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

#### d) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reem-

bolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

**e) Combinação de negócios**

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

**f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data

das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

**g) Custos de empréstimos**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

**h) Normas, alterações e interpretações de normas**

(i) As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:

NORMA	REQUERIMENTO	IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 15 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
Alteração IFRS 11 - Negócios em Conjunto	A entidade participante de uma joint venture deve aplicar os princípios relevantes relacionados à combinação de negócios, inclusive no que diz respeito às divulgações requeridas.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da alteração do IFRS 11 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.

NORMA	REQUERIMENTO	IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da alteração da IAS 16 e IAS 38 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
Alteração IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos Entre um Investidor e Associado ou Joint Venture (Negócio em Conjunto)	O objetivo da alteração é corrigir a inconsistência entre os requisitos do IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e o IAS 28 - Investimentos em Coligada, Controlada e Negócio em Conjunto, ao lidar com a perda de controle de uma subsidiária que é contribuída para uma coligada, controlada ou negócio em conjunto. Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da alteração da IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
Alteração IAS 1	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da alteração da IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

#### 4. PRINCIPAIS USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A Administração da Companhia e de suas controladas estabelecem estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimen-

tos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

#### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Conces-

são. As divulgações para cada Contrato de Concessão da Companhia e suas características estão descritas na Nota Explicativa nº 2.3.

#### **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis**

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

#### **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão**

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

#### **Determinação das receitas de construção**

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias

que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 13,98% e 25,64% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 23.

## **5. ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS**

### **a) Venda de participação**

Em 5 de agosto de 2013, a Companhia comunicou ao mercado que celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças com a Sampra Participações Ltda., afiliada Raízen Combustíveis, para venda de 10% das ações que detêm na Serviços de Tecnologia de Pagamentos - STP, passando a deter 11,41%. A conclusão financeira está condicionada ao cumprimento de determinadas condições suspensivas dentre elas, a obtenção da prévia autorização do Conselho de Defesa Econômica - CADE, o qual foi concluído em 3 de outubro de 2013. O valor do ganho na venda do investimento

no montante de R\$31.838 encontra-se registrado na rubrica "Ganho sobre alienação de investimento" da demonstração do resultado.

Em 4 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou contrato de venda da totalidade de sua participação no capital da Serviços de Tecnologia de Pagamentos - STP (11,41%), para a Freelane I, LLC e Freelane II, LLC, controladas por Capital Internacional Private Equity Fund VI, L.P. e sua afiliada CG-PEVI, L.P., pelo valor total de R\$292.126 (R\$291.016 líquido, descontado 0,38% de IOF). As condições precedentes foram cumpridas em 20 de março de 2014 com a efetiva transferência das ações decorrentes dessa operação.

A seguir, a Companhia apresenta as principais informações desse investimento na visão de 100% de suas operações registradas até fevereiro de 2014.

Os efeitos da venda desta participação estão demonstrados a seguir:

CONTAS	STP 28/02/2014
Ativo circulante	887.257
Ativo não circulante	159.360
<b>Total do ativo</b>	<b>1.046.617</b>
Passivo circulante	885.766
Passivo não circulante	2.577
Patrimônio líquido	158.274
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.046.617</b>
Receita líquida	106.319
Custo dos serviços prestados	(30.990)
Lucro bruto	75.329
Receitas (despesas) operacionais	(24.952)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	50.377
Resultado financeiro	2.121
Lucro operacional antes dos impostos	52.498
Imposto de renda e contribuição social	(18.396)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>34.102</b>
<b>Atribuível a:</b>	
Companhia	3.891
Outros acionistas	30.211

20/03/2014	
<b>ATIVO</b>	
<b>Circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	210.868
Clientes	673.085
Tributos a recuperar	1.323
Despesas antecipadas	710
Outros créditos	1.271
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>887.257</b>
<b>Não circulante</b>	
Depósitos judiciais	631
Tributos diferidos	6.161
Imobilizado e intangível	152.568
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>159.360</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.046.617</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
<b>Circulante</b>	
Fornecedores	783.111
Impostos e contribuições a recolher	5.451
Dividendos a pagar	59.649
Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.261
Outras contas a pagar	25.294
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>885.766</b>
<b>Não circulante</b>	
Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	2.471
Outras contas a pagar	106
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>2.577</b>
Patrimônio líquido	158.274
<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.046.617</b>
Participação - 11,41% sobre o patrimônio líquido	18.059
Valor total da venda	292.126
<b>Ganho na venda do investimento</b>	<b>274.067</b>

O valor do ganho na venda do investimento encontra-se registrado na rubrica "Ganho sobre alienação de investimento" da demonstração do resultado.

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, na proporção de sua participação (11,41%), de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos ou contingências de natureza trabalhista, previdenciária, tributária, cível, concorrencial, regulatória, de defesa do consumidor ou de qualquer natureza, independentemente de verificação de culpa ou dolo. O contrato prevê as seguintes limitações:

- (i) A obrigação de indenização está limitada ao mínimo de R\$50 por perda individual e limite máximo de 20% (vinte por cento) do preço de aquisição apenas em algumas hipóteses. Em outras, o valor é limitado a 100% (cem por cento) do preço de aquisição;
- (ii) A indenização não é aplicável a perdas decorrentes de fatos, atos, eventos e/ou omissões que tenham sido revelados no Contrato e em seus anexos;
- (iii) O limite temporal de 3 (três) anos é aplicável apenas em algumas hipóteses. Em outras, o limite é o prazo prescricional aplicável à natureza da respectiva perda.

#### b) Compra de participação na Elog

Em 19 de maio de 2015, a Companhia informou ao mercado que foi comunicada pela BRZ Investimentos Ltda, gestora da Logística Brasil - Fundo de Investimento em Participações ("Logística Brasil"), acerca do exercício do direito de opção de venda para a Companhia da totalidade das ações detidas pela Logística Brasil na Elog S.A., equivalentes a 20% (vinte por cento) do capital social votante e total da Elog S.A., nos termos do Acordo de Acionistas ("Opção de Venda"). O valor da Opção de venda, na data base 30 de abril de 2015, era de R\$214.000 e foi atualizado monetariamente pelo IPCA+6% ao ano até a sua liquidação, ocorrida em 26 de junho de 2015, pelo valor de R\$218.470, e em 16 de julho de 2015, a 2ª tranche, correspondente ao IPCA final de junho, no valor de R\$830, totalizando R\$219.300.

Com a conclusão da compra das ações pela Companhia, realizada em 26 de junho de 2015, a Companhia passou a deter 100% do capital votante e total

da Elog S.A., passando a ter controle sobre a Elog S.A. e, portanto, consolidar integralmente seus efeitos de acordo com o CPC36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

Desde a aquisição de seu controle, a Elog S.A. contribuiu R\$172.516 de receitas líquidas e R\$26.978 de prejuízo, na demonstração do resultado consolidada da Companhia.

Caso a aquisição tivesse ocorrida no início do exercício social a receita líquida consolidada da Companhia seria de R\$3.044.998 e o lucro seria de R\$95.636.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Elog S.A. na data da aquisição é apresentado a seguir:

26/06/2015	
<b>ATIVO</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	20.774
Clientes	46.347
Tributos a recuperar	4.880
Partes relacionadas	370
Despesas antecipadas	4.038
Outros créditos	2.861
Depósitos judiciais	40.513
Tributos diferidos	76.273
Outros créditos	12.208
Imobilizado	315.643
Intangível	518.033
<b>Total do ativo</b>	<b>1.041.940</b>
<b>PASSIVO</b>	
Fornecedores	20.951
Impostos e contribuições a recolher	6.800
Empréstimos e financiamentos	19.972
Debêntures	323.745
Dividendos e JSCP a pagar	12.336
Partes relacionadas	8.134
Encargos sociais a pagar	13.966
Provisão para imposto de renda e contribuição social	607

CONTINUA »



<b>26/06/2015</b>	
Outras contas a pagar	17.163
Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	37.021
<b>Total do passivo</b>	<b>460.695</b>
<b>Total dos ativos identificáveis líquidos (b)</b>	<b>581.245</b>
Contraprestação transferida aos vendedores	219.300
Valor justo da participação anteriormente detida	513.973
<b>Total da contraprestação (a)</b>	<b>733.273</b>
<b>Ágio na aquisição (a) - (b)</b>	<b>152.028</b>

O ágio pago compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundo da aquisição e do valor da força de trabalho que não pôde ser reconhecida

separadamente; assim, não satisfaz os critérios de reconhecimento como um ativo intangível, de acordo com o CPC 04 - Ativos Intangíveis. Não há expectativa de que o ágio gere benefícios fiscais futuros.

A contraprestação transferida inclui o valor pago de acordo os termos da Opção de Venda e o valor justo da participação de 80% que a Companhia detinha na Elog S.A. imediatamente antes da aquisição de controle. A diferença entre o valor justo R\$513.973 e o valor contábil R\$415.315 da participação foi reconhecida no resultado do período (R\$98.658) na rubrica "Outras receitas".

A Companhia efetuou análise de impairment sobre o ágio adquirido e registrou uma perda no valor de R\$90.807 na rubrica "outras despesas". Essa perda é devido ao fato de que a Companhia pagou um valor acima do valor de mercado (por força contratual) pela aquisição dos 20% do capital votante da Elog S.A., conforme demonstrado acima.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

### Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	<b>76</b>	143	<b>33.186</b>	25.618
<b>Aplicações financeiras:</b>				
Fundo de investimento (a)	<b>62.523</b>	11.671	<b>575.216</b>	563.589
Operações compromissadas (b)	-		<b>150.079</b>	-
Aplicações automáticas - Compromissadas (c)	<b>274</b>	380	<b>14.422</b>	15.908
	<b>62.873</b>	<b>12.194</b>	<b>772.903</b>	<b>605.115</b>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor. O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2015, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 26,1% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas e 13,1% em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 101,3% (100,9% em 31 de dezembro de 2014) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas consolidadas são remuneradas à taxa média ponderada de 96,04% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata por estarem vinculadas a operações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização dos recursos em prazo menores de 30 dias.

(c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre um e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e, por estarem vinculadas a operações compromissadas, não geram custos de IOF.

## 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014
Fundo de investimento (a)	<b>47.765</b>	53.165
Poupança (b)	<b>2.585</b>	2.439
	<b>50.350</b>	<b>55.604</b>
Circulante	<b>49.666</b>	54.959
Não circulante	<b>684</b>	645

(a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa de 98,9% (99,1% em 31 de dezembro de 2014) do CDI e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal BNDES e de debêntures da controlada indireta Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S/A - Ecopistas.

(b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA). Os valores são corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

## 8. CLIENTES

A composição está assim representada:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014
Nacional (a)	<b>207.127</b>	157.517
Internacional (b)	<b>651</b>	8.975
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD (c)	<b>(9.799)</b>	(3.759)
	<b>197.979</b>	<b>162.733</b>

(a) Representados, substancialmente, por pedágio eletrônico, exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários, acessos, por clientes de portos, logística, e outros serviços.

(b) Representados, substancialmente, por clientes do segmento portuário.

(c) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, substancialmente, das operações dos portos, cuja política de crédito da Companhia determina que sejam títulos vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	<b>191.028</b>	158.314
Vencidos:		
Até 30 dias	<b>3.027</b>	2.165
De 31 a 90 dias	<b>2.852</b>	1.630
Acima de 90 dias	<b>1.072</b>	624
Acima de 120 dias	<b>9.799</b>	3.759
	<b>207.778</b>	<b>166.492</b>

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	<b>3.759</b>	5.286
Aquisição Elog (Vide Nota explicativa nº5.b)	<b>5.181</b>	-
Valores recuperados e baixados no exercício	<b>(3.256)</b>	(3.724)
Constituição de PCLD no exercício	<b>4.115</b>	2.197
<b>Saldo final</b>	<b>9.799</b>	<b>3.759</b>

## 9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a recuperar	<b>9.070</b>	2.808	<b>33.371</b>	24.852
IRPJ exercícios anteriores	<b>26.173</b>	24.776	<b>28.314</b>	24.776
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a recuperar	-	8.766	<b>2.429</b>	10.967
Pis e COFINS a recuperar sobre insumos	-	-	<b>1.927</b>	323
ISS a recuperar	-	-	<b>532</b>	1.097
Outros	-	101	<b>1.382</b>	1.034
	<b>35.243</b>	<b>36.451</b>	<b>67.955</b>	<b>63.049</b>

## 10. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER - CONTROLADORA

	31/12/2013	PROPOSTOS	RECEBIDOS	31/12/2014	PROPOSTOS	RECEBIDOS	31/12/2015
Elog S.A.	12.336	-	-	12.336	-	-	<b>12.336</b>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	-	396.578	(396.578)	-	347.461	(347.461)	-
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	-	16.836	(16.836)	-	9.515	(7.324)	<b>2.191</b>
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	-	261	(39)	222	1.120	(1.342)	-
Concessionária Ponte Rio Niteroi - Ecoponte	-	-	-	-	17.217	(17.217)	-
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	2.035	4.986	(7.021)	-	-	-	-
	<b>14.371</b>	<b>418.661</b>	<b>(420.474)</b>	<b>12.558</b>	<b>375.313</b>	<b>(373.344)</b>	<b>14.527</b>

## 11. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO

O saldo de R\$8.988, classificado no ativo circulante e não circulante (R\$6.730 em 31 de dezembro de 2014), refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, aluguéis e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na Nota Explicativa nº 35.

## 12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	<b>1.783</b>	10.357	<b>130.447</b>	88.399
Aquisição de empresas (**)	-	-	<b>40.513</b>	-
Adições (*)	-	-	<b>20.094</b>	42.298
Baixas	-	(8.934)	<b>(2.592)</b>	(10.136)
Atualização monetária	<b>166</b>	360	<b>22.657</b>	9.886
<b>Saldo final</b>	<b>1.949</b>	<b>1.783</b>	<b>211.119</b>	<b>130.447</b>

(\*) Vide Nota Explicativa nº 26.(a) i.

(\*\*) Vide Nota Explicativa nº 5.b.

## 13. INVESTIMENTOS

(a) Controladora

	VALORES DAS INVESTIDAS 31/12/2015	
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RESULTADO DO EXERCÍCIO
Elog S.A. (ii)	<b>231.772</b>	<b>(49.815)</b>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	<b>840.035</b>	<b>380.997</b>
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (i)	-	-
EIL 02 S.A.	<b>1</b>	-
EIL 03 S.A.	-	-
EIL 04 S.A.	-	-
EIL-01 Participações Ltda.	<b>295</b>	<b>22</b>
Ecoporto Santos S.A.	<b>154.208</b>	<b>(105.786)</b>
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	<b>17.409</b>	<b>13.706</b>
Ecoporto Transporte Ltda.	<b>(1.085)</b>	<b>(8.509)</b>
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (iii)	-	<b>2.915</b>
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte (iii)	-	<b>20.474</b>
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	<b>5.125</b>	<b>8.865</b>
Lucros não realizados	-	-

(i) Vide Nota Explicativa nº 5.a.

(ii) Vide Nota Explicativa nº 5.b.

(iii) Vide Nota Explicativa nº 2.2.

PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DIRETA - %		INVESTIMENTO		EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	
31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>100</b>	80	<b>231.772</b>	201.262	<b>(45.418)</b>	(32.744)
<b>100</b>	100	<b>840.035</b>	805.177	<b>380.997</b>	396.593
-	-	-	-	-	3.891
<b>100</b>	100	<b>1</b>	1	-	-
<b>100</b>	100	-	1	<b>(1)</b>	-
<b>100</b>	100	-	1	<b>(1)</b>	-
<b>100</b>	100	<b>295</b>	273	<b>22</b>	19
<b>100</b>	100	<b>154.208</b>	26.860	<b>(105.786)</b>	(7.859)
<b>100</b>	100	<b>17.409</b>	70.185	<b>13.706</b>	16.388
<b>100</b>	100	<b>(1.085)</b>	7.424	<b>(8.509)</b>	(1.154)
<b>58</b>	58	-	70.599	<b>(164)</b>	(4.436)
<b>100</b>	-	-	-	<b>20.474</b>	-
<b>20</b>	20	<b>1.025</b>	55.172	<b>1.773</b>	433
-	-	<b>(8.055)</b>	(6.889)	<b>(1.166)</b>	332
		<b>1.235.605</b>	<b>1.230.066</b>	<b>255.927</b>	<b>371.463</b>

	ATIVO		
	ATIVO CIRCULANTE	ATIVO NÃO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE
<b>Controladas diretas:</b>			
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	268.309	1.680.270	242.082
EIL01 Participações S.A.	296	-	1
EIL02 S.A.	1	-	-
EIL03 S.A.	-	-	-
EIL04 S.A.	-	-	-
Ecoporto Santos S.A.	32.941	894.879	176.011
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	22.988	14.823	16.425
Ecoporto Transporte Ltda.	3.558	9.086	8.750
<b>Controladas indiretas:</b>			
Via EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.:			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	278.159	1.457.653	122.635
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	123.032	1.193.821	123.460
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	22.418	219.279	182.383
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	53.094	412.167	61.426
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	30.992	210.120	196.511
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	82.697	388.526	336.617
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. -Ecoponte	89.699	95.070	45.490
Via Elog S.A.:			
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	13.124	131.430	5.407
ELG-01 Participações Ltda.	17	55.050	1
Elog S.A.	51.973	615.858	223.673
Elog Logística Sul Ltda.	25.526	47.343	17.585
Anish Empreendimentos e Participações Ltda.	215	63.634	786
Paquetá Participações Ltda.	-	11.000	-
Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda.	8	-	-
Maringá Armazéns Gerais Ltda.	865	2.386	1.443

31/12/2015

PASSIVO		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				ATRIBUÍVEL A:	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RECEITA LÍQUIDA	LUCRO BRUTO	LUCRO/ PREJUÍZO OPERACIONAL	LUCRO/ PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	COMPANHIA	NÃO CONTROLADORES
866.462	840.035	200.448	92.727	379.326	380.997	380.997	-
-	295	-	-	29	22	22	-
-	1	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
597.601	154.208	208.183	63.388	(155.910)	(105.786)	(105.786)	-
3.977	17.409	103.600	70.964	19.329	13.707	13.707	-
4.979	(1.085)	14.480	(9.148)	(12.882)	(8.509)	(8.509)	-
1.223.611	389.566	935.773	557.076	358.642	245.823	245.823	-
747.792	445.601	393.539	123.854	(8.780)	(5.016)	(5.016)	-
12.884	46.430	268.717	133.214	95.365	63.593	63.593	-
275.609	128.226	286.458	117.895	84.059	56.979	56.979	-
14.132	30.469	211.369	118.016	76.553	50.579	45.521	5.058
8.578	126.028	272.062	63.897	6.351	4.142	2.402	1.740
49.282	89.997	66.362	37.992	35.063	23.165	23.165	-
964	138.183	24.460	4.482	4.623	2.174	2.174	-
-	55.066	-	-	(808)	(808)	(808)	-
212.385	231.773	177.939	23.968	(87.293)	(49.814)	(49.814)	-
9.606	45.678	103.650	35.147	21.082	14.432	14.432	-
8.224	54.839	-	-	(1.909)	(1.909)	(1.909)	-
-	11.000	-	-	(147)	(147)	(147)	-
-	8	5	5	12	12	12	-
-	1.808	4.494	1.573	(366)	(215)	(215)	-

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está apresentada a seguir:

	31/12/2013	DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO PROPOSTOS (A)
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	803.480	(396.578)
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (b)	19.153	(4.985)
EIL-01 Participações Ltda.	254	-
EIL02 S.A.	1	-
EIL03 S.A.	1	-
EIL04 S.A.	1	-
Elog S.A.	234.006	-
Ecoporto Santos S.A.	34.225	-
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	70.639	(16.842)
Ecoporto Transporte Ltda.	8.578	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	31.414	-
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	-	(261)
Lucros não realizados	(7.221)	-
	<b>1.194.531</b>	<b>(418.666)</b>

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está apresentada a seguir:

	31/12/2014	DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO PROPOSTOS (A)
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	805.177	(347.461)
EIL-01 Participações Ltda.	273	-
EIL02 S.A.	1	-
EIL03 S.A.	1	-
EIL04 S.A.	1	-
Elog S.A.	201.262	-
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. Ecoponte (c)	-	(17.217)
Ecoporto Santos S.A.	26.860	-
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	70.185	(9.515)
Ecoporto Transporte Ltda.	7.424	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	70.599	-
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	55.172	(1.120)
Lucros não realizados	(6.889)	-
	<b>1.230.066</b>	<b>(375.313)</b>

(a) Vide Nota Explicativa nº 10.  
(b) Vide Nota Explicativa nº 5.a.  
(c) Vide Nota Explicativa nº 2.2.



APORTE DE CAPITAL	VENDA DE PARTICIPAÇÃO	PLANO DE OPÇÃO COM BASE EM AÇÕES	EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	31/12/2014
-	-	1.682	396.593	805.177
-	(18.059)	-	3.891	-
-	-	-	19	273
-	-	-	-	1
-	-	-	-	1
-	-	-	-	1
-	-	-	(32.744)	201.262
-	-	494	(7.859)	26.860
-	-	-	16.388	70.185
-	-	-	(1.154)	7.424
43.500	-	121	(4.436)	70.599
55.000	-	-	433	55.172
-	-	-	332	(6.889)
<b>98.500</b>	<b>(18.059)</b>	<b>2.297</b>	<b>371.463</b>	<b>1.230.066</b>

REDUÇÃO DE CAPITAL	COMPRA DE PARTICIPAÇÃO	APORTE DE CAPITAL	PLANO DE OPÇÃO COM BASE EM AÇÕES	TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE (C)	EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	31/12/2015
-	-	-	1.322	-	380.997	<b>840.035</b>
-	-	-	-	-	22	<b>295</b>
-	-	-	-	-	-	<b>1</b>
-	-	-	-	-	(1)	-
-	-	-	-	-	(1)	-
-	45.919	30.009	-	-	(45.418)	<b>231.772</b>
-	-	84.000	43	(87.300)	20.474	-
-	-	232.614	520	-	(105.786)	<b>154.208</b>
(56.967)	-	-	-	-	13.706	<b>17.409</b>
-	-	-	-	-	(8.509)	<b>(1.085)</b>
-	-	-	90	(70.525)	(164)	-
(54.800)	-	-	-	-	1.773	<b>1.025</b>
-	-	-	-	-	(1.166)	<b>(8.055)</b>
<b>(111.767)</b>	<b>45.919</b>	<b>346.623</b>	<b>1.975</b>	<b>(157.825)</b>	<b>255.927</b>	<b>1.235.605</b>

Os saldos dos ágios na controladora classificados como “outros investimentos societários” (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2013	AMORTIZ.	31/12/2014	AQUIS.(*)	BAIXA (*)	IMPAIRMENT(*)	AMORT.	31/12/2015
Ágio - Ecosul	6.295	(513)	5.782	-	-	-	(513)	<b>5.269</b>
Ágio - Elog	231.455	129	231.584	524.272	(231.638)	(90.807)	129	<b>433.540</b>
Ágio - Ecoporto	731.918	(26.100)	705.818	-	-	-	(26.100)	<b>679.718</b>
	<b>969.668</b>	<b>(26.484)</b>	<b>943.184</b>	<b>524.272</b>	<b>(231.638)</b>	<b>(90.807)</b>	<b>(26.484)</b>	<b>1.118.527</b>

(\*) Vide Nota Explicativa nº 5.b.

#### b) Consolidado

	VALORES DAS INVESTIDAS 31/12/2015	
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RESULTADO DO EXERCÍCIO
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (a)	-	-
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	<b>5.125</b>	<b>8.865</b>
Elog S.A. (b)		

(a) Vide Nota Explicativa nº 5.a.

(b) Vide Nota Explicativa nº 5.b.

PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DIRETA - %		INVESTIMENTO		EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	
31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
-	11,41	-	-	-	3.891
<b>20</b>	20	<b>1.025</b>	55.172	<b>1.773</b>	433
<b>100</b>	80	-	201.262	<b>(17.585)</b>	(32.744)
		<b>1.025</b>	<b>256.434</b>	<b>(15.812)</b>	<b>(28.420)</b>

## 14. IMOBILIZADO

### Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o

ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

#### a) Controladora

	TAXAS MÉDIAS DE DEPRECIAÇÃO - %	SALDOS EM 31/12/2013	ADIÇÕES
Hardwares	10,9	1.107	122
Máquinas e equipamentos	10,5	248	-
Móveis e utensílios	9,7	468	79
Edificações	3,9	1.956	-
Imobilizado em andamento	-	32	52
Outros	9,3	3.212	294
		<b>7.023</b>	<b>547</b>

	TAXAS MÉDIAS DE DEPRECIAÇÃO - %	SALDOS EM 31/12/2014	ADIÇÕES
Hardwares	10,4	1.229	32
Máquinas e equipamentos	9,3	248	-
Móveis e utensílios	10,2	547	2
Edificações	3,9	1.956	-
Imobilizado em andamento	-	84	32
Outros	8,5	3.383	12
		<b>7.447</b>	<b>78</b>

BAIXAS	CUSTO		DEPRECIACÃO		RESIDUAL	
	SALDOS EM 31/12/2014	SALDOS EM 31/12/2013	ADIÇÕES	SALDOS EM 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
-	1.229	(768)	(127)	(895)	334	339
-	248	(188)	(26)	(214)	34	60
-	547	(312)	(49)	(361)	186	156
-	1.956	(531)	(76)	(607)	1.349	1.425
-	84	-	-	-	84	32
(123)	3.383	(885)	(300)	(1.185)	2.198	2.327
<b>(123)</b>	<b>7.447</b>	<b>(2.684)</b>	<b>(578)</b>	<b>(3.262)</b>	<b>4.185</b>	<b>4.339</b>

BAIXAS	CUSTO		DEPRECIACÃO		RESIDUAL	
	SALDOS EM 31/12/2015	SALDOS EM 31/12/2014	ADIÇÕES	SALDOS EM 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
-	<b>1.261</b>	(895)	(129)	<b>(1.024)</b>	<b>237</b>	334
-	<b>248</b>	(214)	(23)	<b>(237)</b>	<b>11</b>	34
-	<b>549</b>	(361)	(56)	<b>(417)</b>	<b>132</b>	186
-	<b>1.956</b>	(607)	(76)	<b>(683)</b>	<b>1.273</b>	1.349
-	<b>116</b>	-	-	-	<b>116</b>	84
(95)	<b>3.300</b>	(1.185)	(280)	<b>(1.465)</b>	<b>1.835</b>	2.198
<b>(95)</b>	<b>7.430</b>	<b>(3.262)</b>	<b>(564)</b>	<b>(3.826)</b>	<b>3.604</b>	<b>4.185</b>

b) Consolidado

	TAXAS MÉDIAS DE DEPRECIAÇÃO - %	SALDOS EM 31/12/2013	ADIÇÕES	BAIXAS
Hardwares	12,5	198.447	32.626	(455)
Máquinas e equipamentos	11,0	155.702	14.965	(58)
Móveis e utensílios	8,0	20.824	3.652	(122)
Terrenos	-	5.433	423	-
Edificações	4,7	35.539	-	-
Imobilizado em andamento	-	17.934	26.238	(77)
Benfeitorias	3,0	192.355	6.287	(3)
Veículos	17,9	25.282	6.191	(452)
Instalações	9,5	16.254	7.873	(69)
Outros	5,1	51.945	55.448	(1.402)
		<b>719.715</b>	<b>153.703</b>	<b>(2.638)</b>

	TAXAS MÉDIAS DE DEPRECIAÇÃO - %	SALDOS EM 31/12/2014	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSF.	AQUIS.(*)
Hardwares	12,5	230.823	15.091	(82)	520	26.856
Máquinas e equipamentos	11,0	172.158	38.659	(5.688)	94.503	60.278
Móveis e utensílios	8,0	24.354	1.564	(24)	-	9.387
Terrenos	-	5.856	545	-	-	48.857
Edificações	4,7	35.539	400	-	3	120.182
Imobilizado em andamento	-	39.146	39.345	-	(12.284)	63.048
Benfeitorias	3,0	200.954	4.398	-	1.515	42.881
Veículos	17,9	31.462	1.161	(396)	277	-
Instalações	9,5	24.104	8.040	(10)	593	42.522
Outros	4,3	93.227	45.970	(6.155)	(102.089)	17.149
		<b>857.623</b>	<b>155.173</b>	<b>(12.355)</b>	<b>(16.962)</b>	<b>431.160</b>

(\*) Vide Nota Explicativa nº5.b.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque) estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 18). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 19) não existem garantias dessa natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram capitalizados R\$573 referentes a encargos financeiros (R\$378 em 31 de dezembro de 2014).

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

CUSTO					DEPRECIÇÃO		RESIDUAL	
TRANSF.	SALDOS EM 31/12/2014	SALDOS EM 31/12/2013	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSF.	SALDOS EM 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
205	230.823	(135.760)	(26.723)	358	83	(162.042)	68.781	62.687
1.549	172.158	(78.592)	(18.046)	27	-	(96.611)	75.547	77.110
-	24.354	(8.407)	(1.808)	88	(54)	(10.181)	14.173	12.417
-	5.856	-	-	-	-	-	5.856	5.433
-	35.539	(16.576)	(1.655)	-	2	(18.229)	17.310	18.963
(4.949)	39.146	-	-	-	-	-	39.146	17.934
2.315	200.954	(41.034)	(6.014)	-	-	(47.048)	153.906	151.321
441	31.462	(11.149)	(5.073)	272	-	(15.950)	15.512	14.133
46	24.104	(804)	(1.910)	50	989	(1.675)	22.429	15.450
(12.764)	93.227	(807)	(3.357)	(94)	674	(3.584)	89.643	51.138
<b>(13.157)</b>	<b>857.623</b>	<b>(293.129)</b>	<b>(64.586)</b>	<b>701</b>	<b>1.694</b>	<b>(355.320)</b>	<b>502.303</b>	<b>426.586</b>

CUSTO					DEPRECIÇÃO		RESIDUAL	
SALDOS EM 31/12/2015	SALDOS EM 31/12/2014	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSF.	AQUIS. (*)	SALDOS EM 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
<b>273.208</b>	(162.042)	(27.032)	8	-	(18.891)	<b>(207.957)</b>	<b>65.251</b>	68.781
<b>359.910</b>	(96.611)	(24.980)	5.138	-	(30.236)	<b>(146.689)</b>	<b>213.221</b>	75.547
<b>35.281</b>	(10.181)	(2.284)	16	75	(4.976)	<b>(17.350)</b>	<b>17.931</b>	14.173
<b>55.258</b>	-	-	-	-	-	-	<b>55.258</b>	5.856
<b>156.124</b>	(18.229)	(4.056)	-	(109)	(13.630)	<b>(36.024)</b>	<b>120.100</b>	17.310
<b>129.255</b>	-	-	-	-	-	-	<b>129.255</b>	39.146
<b>249.748</b>	(47.048)	(5.940)	28	-	(18.553)	<b>(71.513)</b>	<b>178.235</b>	153.906
<b>32.504</b>	(15.950)	(5.627)	385	(5)	-	<b>(21.197)</b>	<b>11.307</b>	15.512
<b>75.249</b>	(1.675)	(5.170)	-	830	(19.758)	<b>(25.773)</b>	<b>49.476</b>	22.429
<b>48.102</b>	(3.584)	(4.783)	-	174	(9.473)	<b>(17.666)</b>	<b>30.436</b>	89.643
<b>1.414.639</b>	<b>(355.320)</b>	<b>(79.872)</b>	<b>5.575</b>	<b>965</b>	<b>(115.517)</b>	<b>(544.169)</b>	<b>870.470</b>	<b>502.303</b>

## 15. INTANGÍVEL

### Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo

prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

#### a) Controladora

	TAXAS MÉDIAS DE DEPRECIAÇÃO - %	SALDOS EM 31/12/2013	ADIÇÕES
Softwares de terceiros	12,2	361	357
		<b>361</b>	<b>357</b>

	TAXAS MÉDIAS DE DEPRECIAÇÃO - %	SALDOS EM 31/12/2014	ADIÇÕES
Softwares de terceiros	15,0	718	228
		<b>718</b>	<b>228</b>



CUSTO		AMORTIZAÇÃO			RESIDUAL	
SALDOS EM 31/12/2014	SALDOS EM 31/12/2013	ADIÇÕES	SALDOS EM 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013	
718	(267)	(66)	(333)	385	94	
<b>718</b>	<b>(267)</b>	<b>(66)</b>	<b>(333)</b>	<b>385</b>	<b>94</b>	

CUSTO		AMORTIZAÇÃO			RESIDUAL	
SALDOS EM 31/12/2015	SALDOS EM 31/12/2014	ADIÇÕES	SALDOS EM 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	
<b>946</b>	(333)	(125)	<b>(458)</b>	<b>488</b>	385	
<b>946</b>	<b>(333)</b>	<b>(125)</b>	<b>(458)</b>	<b>488</b>	<b>385</b>	

b) Consolidado

	TAXAS MÉDIAS DE DEPRECIÇÃO - %	SALDOS EM 31/12/2013	ADIÇÕES (I)	BAIXAS
Contratos de concessão	(ii)	4.841.752	718.142	(2.829)
Ágio Ecosul	-	8.561	-	-
Softwares de terceiros	13,3	62.115	15.047	(108)
Intangível em andamento	-	33.875	45.135	(1.310)
Ágio Elog (iii)	-	236.133	-	-
Outros	-	233	-	-
		<b>5.182.669</b>	<b>778.324</b>	<b>(4.247)</b>

	TAXAS MÉDIAS DE DEPRECIÇÃO - %	SALDOS EM 31/12/2014	ADIÇÕES (I)	BAIXAS	TRANSF. IMPAIRMENT	AQUIS. ELOG (IV)
Contratos de concessão	(ii)	5.618.523	512.525	(428)	20.037	- <b>161.988</b>
Ágio Ecosul	-	8.561	-	-	-	-
Softwares de terceiros	16,4	79.752	12.367	(34)	5.539	- <b>39.770</b>
Intangível em andamento	-	26.331	4.696	-	(8.614)	-
Ágio Elog (iii)	-	236.133	5.175	(236.133)		(90.807) <b>549.344</b>
Outros	-	603	-	(201)	-	- <b>1.002</b>
		<b>5.969.903</b>	<b>534.763</b>	<b>(236.796)</b>	<b>16.962</b>	<b>(90.807)</b> <b>752.104</b>

- (i) Os principais valores de aquisição de que trata essa linha se referem a restaurações da rodovia e melhorias no sistema rodoviário em geral, tais como acessos e dispositivos de segurança, adequação de trevos, alargamento e reforço de pontes, construção de faixas adicionais, construção de pistas marginais e duplicação de rodovias. Os valores estão concentrados na Eco101 no valor de R\$38.400 dos trabalhos iniciais da operação; na Ecovias no valor de R\$63.929, sendo as principais obras a adequação do trevo de Cubatão e a implantação da 3ª faixa do km 262 a 270 da SP055, e na Ecopistas R\$26.280, sendo a principal obra a construção da Marginal da Rodovia Ayrton Senna, e a desapropriação do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto e R\$18.022 na Ecovia Caminho do Mar referente a duplicação da PR407 do KMO ao KM3.
- (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias ponderadas de amortização em 31 dezembro de 2015 foram 4,67% a.a. (4,46% a.a. em 31 de dezembro de 2014).
- (iii) Em 2015, o montante do valor residual de R\$231.645 (R\$231.581 em 31 de dezembro de 2014) foi baixado em função da nova avaliação a valor de mercado realizada pela aquisição do controle da Elog S.A., conforme nota explicativa 5.b.
- (iv) Vide Nota Explicativa nº 5.b. Está incluído nesse montante o valor de R\$ 8.034 referente ao ágio alocado pela aquisição de Maringá Armazéns Gerais Ltda. e Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda. Essas empresas foram adquiridas pela Elog pelo montante total de R\$ 28.178.

CUSTO					AMORTIZAÇÃO		RESIDUAL	
TRANSF.	SALDOS EM 31/12/2014	SALDOS EM 31/12/2013	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSF.	SALDOS EM 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
61.458	5.618.523	(1.326.876)	(234.433)	193	(1.694)	(1.562.810)	4.055.713	3.514.876
-	8.561	(2.266)	(384)	-	-	(2.650)	5.911	6.295
2.698	79.752	(36.025)	(9.618)	5	-	(45.638)	34.114	26.090
(51.369)	26.331	-	-	-	-	-	26.331	33.875
-	236.133	(4.680)	64	-	-	(4.616)	231.517	231.453
370	603	(36)	-	-	-	(36)	567	197
<b>13.157</b>	<b>5.969.903</b>	<b>(1.369.883)</b>	<b>(244.371)</b>	<b>198</b>	<b>(1.694)</b>	<b>(1.615.750)</b>	<b>4.354.153</b>	<b>3.812.786</b>

CUSTO					AMORTIZAÇÃO		RESIDUAL	
SALDOS EM 31/12/2015	SALDOS EM 31/12/2014	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSF.	AQUIS. ELOG(IV)	SALDOS EM 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
<b>6.312.645</b>	(1.562.746)	(270.280)	28	(965)	(58.465)	<b>(1.892.428)</b>	<b>4.420.217</b>	4.055.777
<b>8.561</b>	(2.778)	(512)	-	-	-	<b>(3.290)</b>	<b>5.271</b>	5.783
<b>137.394</b>	(45.638)	(15.060)	-	-	(23.561)	<b>(84.259)</b>	<b>53.135</b>	34.114
<b>22.413</b>	-	-	-	-	-	-	<b>22.413</b>	26.331
<b>463.712</b>	(4.552)	129	4.755	-	-	<b>332</b>	<b>464.044</b>	231.581
<b>1.404</b>	(36)	(32)	-	-	(17)	<b>(85)</b>	<b>1.319</b>	567
<b>6.946.129</b>	<b>(1.615.750)</b>	<b>(285.755)</b>	<b>4.783</b>	<b>(965)</b>	<b>(82.043)</b>	<b>(1.979.730)</b>	<b>4.966.399</b>	<b>4.354.153</b>

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de

imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

#### a) Tributos diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

	BALANÇO PATRIMONIAL				RESULTADO	
	31/12/2014	ADIÇÕES	BAIXAS	AQUIS. ELOG (IV)	31/12/2015	31/12/2015
Realização do ágio na incorporação	368.185	(145)	(44.875)	4.193	<b>327.358</b>	<b>(45.020)</b>
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	37.594	7.723	(3.768)	6.795	<b>48.344</b>	<b>3.955</b>
Prejuízo fiscal (i)	72.038	111.317	(14.818)	59.425	<b>227.962</b>	<b>96.499</b>
Provisão para manutenção	78.196	12.660	(6.831)	-	<b>84.025</b>	<b>5.829</b>
AVP ônus Concessão	3.197	551	(281)	-	<b>3.467</b>	<b>270</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	691	991	(1.196)	785	<b>1.271</b>	<b>(205)</b>
Variação cambial	3.558	9.061	(4.697)	-	<b>7.922</b>	<b>4.364</b>
Provisão para férias diretoria	206	2.101	(236)	88	<b>2.159</b>	<b>1.865</b>
Mais valia investimento Elog	(251)	751	-	3.990	<b>4.490</b>	<b>751</b>
Efeito Lei 12.973/14 - extinção RTT (ii)	(59.473)	-	4.361	(1.248)	<b>(56.360)</b>	<b>4.361</b>
Depreciação societária	(8.623)	(1.648)	147	885	<b>(9.239)</b>	<b>(1.501)</b>
Juros capitalizados	(1.862)	(171)	559	-	<b>(1.474)</b>	<b>388</b>
Provisão outras perdas	-	46	-	1.360	<b>1.406</b>	<b>46</b>
Impairment	-	6.802	-	-	<b>6.802</b>	<b>6.802</b>
<b>IR e CS diferido - ativo/(passivo) (iii)</b>	<b>493.456</b>	<b>150.039</b>	<b>(71.635)</b>	<b>76.273</b>	<b>648.133</b>	<b>78.404</b>

(i) Refere-se ao prejuízo fiscal das controladas: EcoRodovias Concessões e Serviços, Ecoporto Santos, Ecoporto Transporte, ECO101 Concessionária, Ecopistas e Elog.

(ii) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro

CONTINUA »

» CONTINUAÇÃO

líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. Em 13 de maio de 2014, a MP nº 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP nº 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que, de acordo com o nosso entendimento, são os principais: (a) a adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais IFRS - International Financial Reporting Standards); (b) introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior a adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de cada concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14.

(iii) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$669.106 no ativo não circulante e R\$21.772 no passivo não circulante.

(iv) Vide Nota Explicativa nº 5.b.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014
2015	-	67.246
2016	80.284	65.535
2017	92.975	62.347
2018	84.392	60.184
2019	85.917	60.184
Após 2020	303.826	177.960
	<b>647.394</b>	<b>493.456</b>

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais e ágios sobre incorporações das investidas sejam realizados em até 16 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>109.018</b>	492.339	<b>257.733</b>	716.908
Alíquota fiscal vigente	<b>34%</b>	34%	<b>34%</b>	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	<b>(37.066)</b>	(167.395)	<b>(87.629)</b>	(243.749)
<b>Ajustes para cálculo da taxa efetiva:</b>				
Gratificações diretores	<b>(5.733)</b>	(6.713)	<b>(10.413)</b>	(9.266)
Equivalência patrimonial	<b>77.533</b>	126.207	<b>(5.376)</b>	(9.752)
Juros sobre capital próprio	-	27.983	-	27.983
Despesas indedutíveis	<b>(21)</b>	(318)	<b>(775)</b>	(821)
Amortização de ágio	<b>(9.004)</b>	(7.094)	<b>(13.251)</b>	(14.618)
Incentivos fiscais (PAT)	-	112	<b>2.694</b>	1.061
Créditos tributários não constituídos - controladora (*)	<b>(35.404)</b>	-	<b>(35.404)</b>	-
Ajuste PPA Elog	<b>9.670</b>	-	<b>9.670</b>	-
Compensação de prejuízos fiscais	-	8.799	-	8.799
Outros	<b>(19)</b>	(2.020)	<b>(1.477)</b>	(2.295)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<b>(44)</b>	(20.439)	<b>(141.961)</b>	(242.658)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(20.395)	<b>(220.365)</b>	(241.440)
<b>Impostos diferidos</b>	<b>(44)</b>	<b>(44)</b>	<b>78.404</b>	<b>(1.218)</b>
Taxa efetiva	-	-	<b>55,1%</b>	33,8%

(\*) Trata-se de prejuízo fiscal da Companhia (controladora) para o qual não se apresentava expectativa de realização nos próximos cinco anos.

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial provisão IR/CS	-	-	<b>37.160</b>	13.111
Aquisição de empresas (*)	-	-	<b>607</b>	-
Despesa IR/CS DRE	-	20.395	<b>220.365</b>	241.440
Total de IR/CS pagos no exercício	-	(20.395)	<b>(242.221)</b>	(217.391)
Saldo final provisão IR/CS	-	-	<b>15.911</b>	37.160

(\*) Vide Nota Explicativa nº 5.b.

## 17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Impostos sobre faturamento:				
ISS	-	-	<b>12.187</b>	10.475
COFINS	<b>126</b>	-	<b>12.575</b>	8.062
PIS	<b>21</b>	-	<b>2.315</b>	2.219
ISS na fonte	<b>729</b>	5	<b>8.934</b>	2.757
PIS/COFINS/CSLL s/ prestação de serviços	-	-	-	1.607
INSS na fonte	-	2	-	2.789
Outros impostos	<b>13</b>	105	<b>2.498</b>	1.331
	<b>889</b>	<b>112</b>	<b>38.509</b>	<b>29.240</b>

## 18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E NOTAS PROMISSÓRIAS

MODALIDADE	COMPANHIA	VENCIMENTO FINAL
Em moeda nacional:		
Nota promissória (r)	Ecocataratas	05/2017
Nota promissória (q)	Ecorodovias Concessões	11/2016
Finame (k)	Ecosul	11/2020
Finame (c)	Ecocataratas	05/2017
Finame (c)	Ecocataratas	04/2017
Finame (g)	Ecocataratas	10/2022
Finame (c)	Ecocataratas	07/2018
Finem (h)	Ecocataratas	07/2018
Finem (b)	Ecopistas	07/2025
Finem (b)	Ecopistas	06/2025
Finame (f)	Ecoporto Transportes	08/2016
Finame (f)	Ecoporto Transportes	09/2016
Finame (f)	Ecoporto Transportes	06/2017
CCB (e)	Ecoporto Santos	06/2015
Notas promissórias (a)	EcoRodovias Infraestrutura	12/2015
Finame (i)	Ecoporto Santos	04/2020
Finame (j)	Ecocataratas	04/2020
Finem - BNDES (d)	ECO101	05/2016
Finem - BNDES (d)	ECO101	04/2016
Finem - BNDES (d)	ECO101	04/2016
Finame (m)	Elog	12/2020
Empilhadeiras (n)	Elog	02/2018
Empilhadeiras (n)	Ecopátio	04/2018
Em moeda estrangeira		
Finimp (f)	Ecoporto Santos	09/2016
Finimp (f)	Ecoporto Santos	04/2016
Finimp (f)	Ecoporto Santos	05/2017
Finimp (l)	Ecoporto Santos	01/2023
Finimp (o)	Elog	06/2016
Finimp (p)	Elog	01/2016
Circulante		
Não circulante		



TAXA MÉDIA DE JUROS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
CDI + 2,65%a.a	-	-	<b>181.569</b>	-
CDI + 2,50%a.a	-	-	<b>121.417</b>	-
6% a.a.	-	-	<b>249</b>	279
TJLP + 3,21%	-	-	<b>281</b>	436
TJLP + 2,70%	-	-	<b>248</b>	434
2,5% a.a.	-	-	<b>299</b>	343
3% a.a.	-	-	<b>137</b>	192
TJLP + 2,1% a.a.	-	-	<b>16.871</b>	23.281
IPCA + 2,45% a.a.	-	-	<b>41.432</b>	34.376
TJLP+ 2,45% a.a.	-	-	<b>173.214</b>	196.570
TJLP + 4,16% a.a.	-	-	<b>672</b>	1.673
TJLP + 4,16% a.a.	-	-	<b>314</b>	729
7,7% a.a.	-	-	<b>2.613</b>	4.357
CDI + 3% a.a.	-	-	-	7.636
105,00% do CDI	-	497.435	-	497.435
6% a.a.	-	-	<b>8.305</b>	7.394
6% a.a.	-	-	<b>896</b>	1.094
UMBNDDES+4,05%a.a.	-	-	<b>113.633</b>	55.171
TJLP + 4,05%a.a.	-	-	<b>141.458</b>	96.888
TJLP+1%+4,05%a.a.	-	-	<b>60.649</b>	41.540
6% a.a	-	-	<b>479</b>	-
15,39% a.a.	-	-	<b>1.807</b>	-
15,39%a.a.	-	-	<b>1.024</b>	-
Libor 6M+4,6% a.a.	-	-	<b>565</b>	768
Libor 6M+4,6% a.a.	-	-	<b>2.715</b>	5.538
Libor 6M+5,2% a.a.	-	-	<b>172</b>	194
Libor 6M+2% a.a.	-	-	<b>115.361</b>	41.163
VC + 7,25% a.a.	-	-	<b>160</b>	-
VC + 6,66% a.a.	-	-	<b>167</b>	-
	-	<b>497.435</b>	<b>986.707</b>	<b>1.017.491</b>
	-	497.435	<b>494.835</b>	740.600
	-	-	<b>491.872</b>	276.891

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	44.318
2017	<b>239.625</b>	47.120
2018	<b>55.616</b>	43.486
2019	<b>51.878</b>	39.929
2020	<b>51.259</b>	39.294
Posteriores a 2020	<b>93.494</b>	62.744
	<b>491.872</b>	<b>276.891</b>

A movimentação dos empréstimos, dos financiamentos e das notas promissórias está demonstrada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	<b>497.435</b>	290.762	<b>1.017.491</b>	790.015
Aquisição (*)	-	-	<b>19.972</b>	-
Adições	-	474.531	<b>432.182</b>	840.173
Encargos financeiros	<b>37.192</b>	33.164	<b>157.281</b>	100.464
Pagamento principal	<b>(475.000)</b>	(275.000)	<b>(537.359)</b>	(632.091)
Pagamento de juros	<b>(59.627)</b>	(26.022)	<b>(102.860)</b>	(81.070)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>497.435</b>	<b>986.707</b>	<b>1.017.491</b>

(\*) Vide Nota Explicativa nº 5.b.

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

ITEM	EMPRESA	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ÍNDICES FINANCEIROS EXIGIDOS	GARANTIAS
(a)	EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	BTG Pactual/ Banco Itaú Bradesco/HSBC Corretor	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(b)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de dezembro de 2015.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(c)	Ecocataratas	Banco do Brasil/ Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(d)	ECO101	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser menor ou igual a 3,00 pontos, com base nas informações consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura.	Aval EcoRodovias Infraestrutura.
(e)	Ecoporto Santos	Unibanco	Não existem manutenção dos índices.	Alienação fiduciária de ações.
(f)	Ecoporto Santos/ Ecoporto Transportes	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(g)	Ecocataratas	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(h)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.
(i)	Ecoporto Santos	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(j)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(k)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(l)	Ecoporto Santos	Banco Deutsche Bank AS	Patrimônio líquido (-) Resultado do exercício > 20.000 Patrimônio líquido/ativo Total > 20%	Aval EcoRodovias Infraestrutura.
(m)	Elog	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(n)	Elog e Ecopátio	NACCO	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(o)	Elog Sul e Ecopátio	Nordea Bank	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(p)	Elog	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(q)	Ecorodovias Concessões	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(r)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.

O resumo dos índices financeiros em 31 de dezembro de 2015 está demonstrado a seguir:

<b>(B) ÍNDICES FINANCEIROS ECOPISTAS BNDES</b>	<b>EXIGIDO</b>	<b>MEDIDO (*)</b>
(i) PL/passivo total	> 20%	30,13%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,32
(iii) Dívida Líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,90

<b>(D) ÍNDICES FINANCEIROS ECO101 BNDES</b>	<b>EXIGIDO</b>	<b>MEDIDO (*)</b>
(i) Dívida Líquida/EBITDA	≤ 3	3,15 (**)
(ii) PL/passivo total	> 20%	20,47

<b>(L) ÍNDICES FINANCEIROS ECOPORTO</b>	<b>EXIGIDO</b>	<b>MEDIDO (*)</b>
(i) Patrimônio líquido tangível	> 20.000	142.494
(ii) PL/ativo total	> 20%	20,5%

(\*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

(\*\*) A Companhia foi notificada pelo BNDES pelo não cumprimento do índice para que o cumpra num prazo de 60 dias a partir de 19 de janeiro de 2016, ou que ofereça garantias reais ou fiança bancária.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das notas promissórias está demonstrada a seguir:

<b>EMISSORA</b>	<b>VALOR NOMINAL</b>	<b>DESPESAS COM EMISSÃO</b>	<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>TAXA DE JUROS A.A.</b>	<b>TIR</b>
EcoRodovias Concessões	120.000	(622)	119.378	100% CDI + 2,50%	16,63%
Ecocataratas	180.000	(1.528)	178.472	100% CDI + 2,65%	16,77%

## 19. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Principal corrigido	<b>600.000</b>	-	<b>4.151.322</b>	3.119.811
Remuneração (juros)	<b>18.636</b>	-	<b>190.216</b>	100.664
Custos com emissão de debêntures (*)	<b>(3.523)</b>	-	<b>(48.034)</b>	(52.059)
	<b>615.113</b>	-	<b>4.293.504</b>	<b>3.168.416</b>
Circulante	<b>17.583</b>	-	<b>822.090</b>	206.960
Não circulante	<b>597.530</b>	-	<b>3.471.414</b>	2.961.456

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	
Saldo inicial	-	<b>3.168.416</b>	2.910.608	
Aquisição de empresa (*)	-	<b>323.745</b>	-	
Adição	<b>595.746</b>	<b>635.474</b>	290.539	
Encargos financeiros	<b>61.264</b>	<b>583.240</b>	357.628	
Pagamento principal	-	<b>(131.018)</b>	(135.210)	
Pagamento de juros	<b>(41.897)</b>	<b>(286.353)</b>	(255.149)	
<b>Saldo final</b>	<b>615.113</b>	<b>4.293.504</b>	<b>3.168.416</b>	

(\*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

DESCRIÇÃO	COMPANHIA	ELOG	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS
Forma e conversibilidade	Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária	2ª emissão: Nominativa escritural, simples, não conversível em ações. 3ª emissão: Nominativa, escritural, sem a emissão de cautela, simples, não conversíveis em ações de Emissão da Emissora. 4ª emissão: Nominativa, escritural, sem a emissão de cautela, simples, não conversíveis em ações de Emissão da Emissora.	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações
Quantidade emitida	60.000 (em duas séries)	2ª emissão: 300 (série única) 3ª emissão: 6.000 (série única) 4ª emissão: 4.000 (série única)	80.000 (em três séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$10	2ª emissão: R\$1.000 3ª emissão: R\$10 4ª emissão: R\$10	R\$10
Data da emissão	15/04/2015	2ª emissão: 31/08/2012 3ª emissão: 15/02/2015 4ª emissão: 18/08/2015	23/10/2012
Valor da emissão	R\$600.000	2ª emissão: R\$300.000 3ª emissão: R\$60.000 4ª emissão: R\$40.000	R\$800.000 1ª série - R\$240.000 2ª série - R\$160.000 3ª série - R\$400.000
Valor nominal unitário em 31 de dezembro de 2015 (PU)	1ª série - R\$10,63 2ª série - R\$10,64	2ª emissão: R\$762,54 3ª emissão: R\$10,85 4ª emissão: R\$10,18	1ª série - R\$10,64 2ª série - R\$12,91 3ª série - R\$12,95
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - Não atualizável 2ª série - Não atualizável	2ª emissão: Não atualizável 3ª emissão: Não atualizável 4ª emissão: Não atualizável	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA

DESCRIÇÃO	COMPANHIA	ELOG	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS
Remuneração (juros e correção)	1ª série: CDI+1,18%a.a. 2ª série: CDI+1,42%a.a.	2ª emissão: CDI + 1,6% a.a. (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado 3ª emissão: 107,3% CDI 4ª emissão: 100%CDI+1,7% a.a.	1ª série - 100% do CDI + 0,79% ao ano 2ª série - 5,00% a.a. 3ª série - 5,35% a.a.
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: 15/10/2016 a 15/04/2018 2ª série: 15/10/2016 a 15/04/2020	2ª emissão: Parcelas semestrais (20/08/2014 a 20/02/2020) 3ª emissão: 15/08/2016 4ª emissão: 19/09/2016	1ª série: parcelas semestrais (15/04/2013 a 15/10/2018) 2ª série: parcelas anuais (15/10/2013 a 15/10/2019) 3ª série: parcelas anuais (15/10/2013 a 15/10/2022)
Vencimento da amortização	1ª série: 100% em 15/04/2018 2ª série: 50% 15/04/2019 e 50% 15/04/2020	2ª emissão: Parcelas semestrais (20/02/2013 a 20/02/2020). 3ª emissão: 15/08/2016 4ª emissão: 18/09/2016	1ª série: parcelas semestrais (15/10/2016 a 15/10/2018) 2ª série: parcelas anuais (15/10/2018 a 15/10/2019) 3ª série: parcelas anuais (15/10/2020 a 15/10/2022)

ECOVIAS (2ª EMISSÃO)	ECOPORTO	ECOVIÁ	ECOSUL	ECOPISTAS
Nominativa e escritural não conversível em ações	Nominativa escritural, sem a emissão de cautela, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
881.000 (em duas séries)	600 (série única)	14.300 (série única)	14.800 (série única)	370.000 (em quatro séries)
R\$1	R\$1.000	R\$10	R\$10	R\$1
07/05/2013	19/06/2012	04/11/2014	17/11/2014	15/01/2011
R\$881.000 1ª série - R\$200.000 2ª série - R\$681.000	R\$600.000	R\$143.000	R\$148.000	R\$370.000 1ª série - R\$92.500 2ª série - R\$92.500 3ª série - R\$92.500 4ª série - R\$92.500
1ª série - R\$1,21 2ª série - R\$1,21	R\$784,38	R\$11,21	R\$11,17	1ª série - R\$1,33 2ª série - R\$1,23 3ª série - R\$1,21 4ª série - R\$1,35
1ª e 2ª série - IPCA	Não atualizável	Não atualizável	Não atualizável	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA

ECOVIAS (2ª EMISSÃO)	ECOPORTO	ECOVIÁ	ECOSUL	ECOPISTAS
1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA	CDI + 1,85% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário	105,7% do CDI	105,7% do CDI	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)	Parcelas anuais (15/06/2013 a 15/06/2017)	04/03/2016	04/03/2016	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)
1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)	Parcelas anuais (15/06/2014 a 16/06/2019)	04/03/2016	04/03/2016	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)

DESCRIÇÃO	COMPANHIA	ELOG	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS	ECOVIAS (2ª EMISSÃO)
-----------	-----------	------	--------------------------------------	-------------------------

Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)

Não aplicável

2ª, 3ª e 4ª emissão:  
Não aplicável

Não aplicável

Não aplicável

DESCRIÇÃO	COMPANHIA	ELOG	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	2ª emissão: Itaú Corretora de Valores S.A. 3ª e 4ª emissão: CETIP/ Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	Instituição financeira ou sede da companhia	2ª emissão: CETIP 3ª e 4ª emissão: CETIP/Banco Bradesco S.A.	CETIP
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	2ª, 3ª, 4ª emissão: Não aplicável	Não aplicável
Agente fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	2ª e 3ª emissão: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários 4ª emissão: Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.
Classificação de risco	Ba1 (escala global) e Aa1.br (NSR) da Moody's	2ª emissão: Não aplicável 3ª emissão: Não Aplicável 4ª emissão: Não Aplicável	brAA+
Garantias	Fiança Ecorodovias Concessões E Serviços S.A.	2ª emissão: Alienação fiduciária de 51% das ações da ELOG e Cessão fiduciárias de 51% das ações empresas Columbia e EADI SUL. 3ª emissão: Garantia Fidejussória - Ecorodovias Infra Estrutura 4ª emissão: Garantia Fidejussória - Ecorodovias Infra Estrutura	Não aplicável
Cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	2ª emissão: Não há cláusulas de repactuação 3ª emissão: Não há cláusulas de repactuação 4ª emissão: Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação



ECOPORTO	ECOVIA	ECOSUL	ECOPISTAS
Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	<p>a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e após o pagamento da primeira parcela a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida).</p> <p>b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação).</p>

ECOVIAS (2ª EMISSÃO)	ECOPORTO	ECOVIA	ECOSUL	ECOPISTAS
Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco BBI S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Unibanco S.A.
CETIP E BMF&BOVESPA	CETIP	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Planner Trustee DTVM Ltda.
brAA+	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Ba1 (escala global) e Aa2.br (NSR) da Moody's
Não aplicável	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecoporto/ Ecoporto Transporte - fiança provisória da EcoRodovias Infraestrutura	Não há garantias de qualquer natureza	Não há garantias de qualquer natureza	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecoportistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

DESCRIÇÃO	COMPANHIA	ELOG	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS
Índices financeiros exigidos	(i) Dívida líquida/EBTIDA da controlada Ecorodovias Concessões e Serviços	2ª emissão: Índices financeiros: (i) relação entre dívida líquida e o lucro antes dos impostos, depreciação e amortização - ("EBTIDA") se for inferior a 3,0; (ii) EBTIDA superior a R\$105.000 milhões e (iii) índice de cobertura de serviço da dívida superior a 1,2; cálculo com base em 12 meses. 3ª emissão: Não aplicável 4ª emissão: Não aplicável	Índices financeiros da Companhia menores ou iguais a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada da Companhia com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos correspondentes ao EBITDA pela despesa financeira líquida. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.

O resumo dos índices financeiros exigidos em 31 de dezembro de 2015 está demonstrado a seguir:

ECORODOVIAS CONCESSÕES	EXIGIDO	MEDIDO (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	2,37
(ii) EBTIDA/despesa financeira líquida	>2,0	3,10
ECOVIAS - 2ª EMISSÃO	EXIGIDO	MEDIDO (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	1,38
(ii) Despesa financeira/EBITDA	>2,0	4,28
ECOPISTAS	EXIGIDO	MEDIDO (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	33,83%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,32
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 4,00	3,90
ELOG	EXIGIDO	MEDIDO (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,0	11,85 (**)
(ii) EBITDA Ajustado	> 105.000	27.001 (**)
(iii) Cobertura do Serviço da dívida	> 1,2	0,24 (**)
ECOPORTO	EXIGIDO	MEDIDO (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 4,5	25,18 (**)
(ii) EBITDA/despesa financeira líquida	> 2,0	0,20 (**)
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (COMPANHIA)	EXIGIDO	MEDIDO (*)
(i) Dívida líquida/EBTIDA da controlada Ecorodovias Concessões e Serviços	< 3,75	2,37

(\*) Índices não auditados pelos auditores independentes.

(\*\*) Índice não atingido, porém amparado por carta-fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

**ECOVIAS  
(2ª EMISSÃO)****ECOPORTO****ECOVIA****ECOSUL****ECOPISTAS**

Índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.

Índices financeiros em que a relação da dívida líquida e o (Lucro antes dos impostos, depreciação e amortização - "EBTIDA") dos últimos 12 meses, deve ser inferior: até 2015 a 4,5 pontos, em 2016 a 4,0 pontos, em 2017 a 3,5 e em 2018 a 3,0. E o ("EBITDA") dos últimos 12 meses pelas despesas líquidas deve ser inferior: até 2015 a 2,0 pontos, em 2016 a 2,25 pontos, em 2017 a 2,50 e 2018 a 3,0 pontos. Os índices serão apurados trimestralmente, com base no balanço combinado das empresas Ecoporto Santos S.A. e Ecoporto Transportes Ltda.

Não possuem índices financeiros exigidos

Não possuem índices financeiros exigidos

Índices financeiros conforme segue: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<b>CONTROLADORA</b>		
	31/12/2015		
	PARCELA	CUSTO	TOTAL
2017	-	(1.100)	(1.100)
2018	232.000	(771)	231.229
2019	184.000	(491)	183.509
2020	184.000	(108)	183.892
	<b>600.000</b>	<b>(2.470)</b>	<b>597.530</b>

	<b>CONSOLIDADO</b>					
	31/12/2015			31/12/2014		
	PARCELA	CUSTO	TOTAL	PARCELA	CUSTO	TOTAL
2016	-	-	-	485.210	(8.018)	477.192
2017	49.980	(261)	49.719	233.523	(8.162)	225.361
2018	287.112	(9.515)	277.597	336.587	(7.757)	328.830
2019	633.267	(8.640)	624.627	380.739	(5.732)	375.007
2020	617.914	(6.231)	611.683	337.584	(4.875)	332.709
2021	557.921	(4.981)	552.940	367.868	(4.572)	363.296
2022 - 2024	1.363.462	(8.614)	1.354.848	863.103	(4.042)	859.061
	<b>3.509.656</b>	<b>(38.242)</b>	<b>3.471.414</b>	<b>3.004.614</b>	<b>(43.158)</b>	<b>2.961.456</b>

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

EMISSORA	SÉRIE	DATA	VALOR NOMINAL
EcoRodovias Concessões e Serviços	Debêntures - 1ª série	23/10/2012	240.000
	Debêntures - 2ª série	23/10/2012	160.000
	Debêntures - 3ª série	23/10/2012	400.000
Ecovias dos Imigrantes	Debêntures - 1ª série	15/04/2013	200.000
	Debêntures - 2ª série	15/04/2013	681.000
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/2011	92.500
	Debêntures - 2ª série	15/01/2011	92.500
	Debêntures - 3ª série	15/01/2011	92.500
	Debêntures - 4ª série	15/01/2011	92.500
Ecoporto Santos	Série única	15/06/2012	600.000
Ecosul	Série única	17/11/2014	148.000
Ecovia	Série única	04/11/2014	143.000
Elog		20/08/2012	300.000
		15/02/2015	60.000
		04/08/2015	40.000
Companhia	Debêntures - 1ª série	15/05/2015	232.000
	Debêntures - 2ª série	15/05/2015	368.000
			<b>3.942.000</b>

DESPESAS COM EMISSÃO	VALOR LÍQUIDO	TAXA DE JUROS	TIR
(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	CDI + 1,09%
(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	5,20% + IPCA
(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	5,63% + IPCA
(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
(4.267)	595.733	CDI + 1,85% a.a.	11,89%
(228)	147.772	105,7% CDI	CDI + 4,17%
(233)	142.767	105,7% CDI	CDI + 4,59%
(3.050)	296.950	CDI + 1,60%	11,29%
(233)	59.767	107,3% CDI	14,3%
(504)	39.495	CDI + 1,70% a.a.	17,46%
(1.571)	230.429	CDI + 1,18% a.a.	14,71%
(2.492)	365.508	CDI + 1,42% a.a.	15,03%
<b>(76.461)</b>	<b>3.865.539</b>		

## 20. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	NATUREZA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Ativo circulante</b>					
Elog S.A.(e)	Controlada	7	1	-	-
ECO101 Concessionária de Rodovia S.A. (e)	Controlada	-	4	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (e)	Controlada	175	-	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	Controlada	45	42	-	-
		<b>227</b>	<b>47</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Movimentação do intangível:</b>					
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>31.892</b>	54.351
Consórcio Carvalho Pinto (k)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>38.443</b>	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>4.571</b>	11.291
Contek Engenharia S.A. (f)	Outras partes relacionadas	-	-	-	953
Incospal Construções Pré-fabricadas Ltda. (i)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>1.545</b>	1.941
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>10.420</b>	60.071
Consórcio Serra do Mar (c)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>42.134</b>	199.469
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>129.005</b>	<b>328.076</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Ecoporto Santos S.A. (j)	Controlada	<b>27.324</b>	-	-	-
Ecoporto Transportes Ltda. (n)	Controlada	<b>3.618</b>	-	-	-
		<b>30.942</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>31.169</b>	<b>47</b>	<b>129.005</b>	<b>328.076</b>

	NATUREZA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Passivo circulante:</b>					
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>1.406</b>	169
Elog S.A. (m)	Controlada	<b>89</b>	30	-	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (e)	Controlada	-	26	-	-
Consórcio Serra do Mar (c)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>2.803</b>	1.468
Incospal Construções Pré-fabricadas Ltda. (i)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>77</b>	-
Engenharia e Constr. Araribóia (o)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>483</b>	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>325</b>	124
Unimar Transportes Ltda. (g)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>404</b>	370
Vix Logística S.A. (h)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>446</b>	402
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>3.241</b>	1.068
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>89</b>	<b>56</b>	<b>9.185</b>	<b>3.601</b>
<b>Passivo não circulante:</b>					
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (l)	Controlada	<b>263.074</b>	-	-	-
<b>Total do passivo não circulante:</b>		<b>263.074</b>	-	-	-
<b>Total do passivo</b>		<b>263.163</b>	<b>56</b>	<b>9.185</b>	<b>3.601</b>

	NATUREZA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Resultado:</b>					
Receita:					
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	Controlada	<b>528</b>	490	-	-
Ecoporto Santos S.A. (j)	Controlada	<b>12.511</b>	-	-	-
Ecoporto Transportes Ltda. (n)	Controlada	<b>60</b>	-	-	-
		<b>13.099</b>	<b>490</b>		
<b>Despesa/custo:</b>					
Unimar Transportes Ltda. (g)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>2.130</b>	4.501
Vix Logística S.A. (h)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>5.731</b>	4.876
SBS Engenharia e Construções Ltda.(b)	Outras partes relacionadas	-	-	<b>76</b>	54
		-	-	<b>7.937</b>	<b>9.431</b>

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul. O saldo tem vencimento em 30 dias.
- (b) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Controlada Ecosul e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário na Ecosul. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$40.505. O prazo para execução desses serviços é setembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 há um saldo de serviços a realizar de R\$2.348. Os saldos em aberto a pagar de R\$1.406 (sobre os serviços realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia (CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A.), e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangani, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$401.674, incluindo aditivo contratual. O contrato encerra-se em 31 de janeiro de 2016 e há um saldo a realizar de R\$19.546. Em 31 de dezembro de 2015, há um saldo em aberto de R\$2.803 com vencimento em até 45 dias.
- (d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas indiretos da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A, Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. e Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$244.127, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução desses serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, há um saldo de serviços a realizar de R\$138.865. Os saldos em aberto a pagar R\$3.566 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (e) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as empresas (provisão de férias e 13º salário).
- (f) A Contek Engenharia S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Contek e a Eco101 é de usinagem, e o valor do contrato é de R\$1.020. O prazo de execução desse contrato foi até 13 de setembro de 2014, sendo que foi totalmente executado e não há saldo pagar.
- (g) A Unimar Transportes Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$23.749 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2015, já haviam incorridos R\$10.540. Em 31 de dezembro de 2015, há um saldo em aberto a pagar de R\$404 com vencimento em até 45 dias.
- (h) A Vix Logística S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$25.461 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2015, já haviam incorridos R\$11.463, e há um saldo a pagar de R\$446 com vencimento em até 45 dias.
- (i) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Incospal e a Eco101 é a prestação de serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças



de pedágio, ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$3.195. O prazo para execução desses serviços é até julho de 2016, sendo que já foram incorridos R\$1.545 até 31 de dezembro de 2015. Os saldos em aberto de serviços já realizados de R\$77 têm o vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias aos credores.

- (j) Refere-se a contrato de mútuo, sendo a mutuária a controlada Ecoporto Santos S.A. O mútuo será corrigido através de juros fixos de 13,64%a.a. com vencimento até 12 de junho de 2018.
- (k) O Consórcio Carvalho Pinto, formado pelas partes relacionadas CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, Salini Impregilo S.p.A. Sucursal Brasil e CIGLA - Construtora Impregilo e Associados S.A., contratados para execução da obra do Lote 01 do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto. O valor total do contrato é de R\$47.252. O prazo para execução dos serviços é até dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2015, já haviam sido incorridos R\$43.553, e não existem saldos a pagar.
- (l) Refere-se ao contrato de Mútuo, sendo a mutuante a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. O mútuo será corrigido através do percentual de 13,64%a.a.

- (m) Refere-se a despesas de armazenagem e industrialização de brindes de natal realizado pela controlada Elog S.A.
- (n) Refere-se ao contrato de mútuo, sendo a mutuária Ecoporto Transporte Ltda. O mútuo será corrigido através de juros fixos de 13,64%a.a. com vencimento até 29 de outubro de 2017.
- (o) A Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações S.A., que possui 27,5% de participação no capital social da controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Araribóia e a Eco101 é de prestação de serviços de reparos localizados para recuperação de pavimento da BR -101 no trecho sob administração da Concessionária. O prazo para execução desses serviços é 30 de junho de 2016. O valor total do contrato é de R\$27.445, sendo que até 31 de dezembro de 2016 já foram incorridos R\$12.435. Os saldos em aberto a pagar de R\$483 têm vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

MUTUANTE	MUTUÁRIO	31/12/2015	31/12/2014	VENCIMENTO	TAXA
EcoRodovias Concessões Termares	Ecopistas Ecoporto Santos	108.065 -	96.252 38.192	31/03/2018 Indeterminado	100% CDI + 1,20%a.a. 1% a.a.
		<b>108.065</b>	<b>134.444</b>		

#### Outros contratos entre as partes relacionadas

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as demais empresas do Grupo EcoRodovias. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$207.336, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

A Ecoporto Transportes Ltda. presta serviços de transportes e remoções para as coligadas Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Ecoporto Santos S.A., sendo o preço tabelado por

unidade de transporte, variando entre R\$75,00 e R\$100,00 por carga. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Ecoporto Transporte faturou R\$11.387 para a Ecoporto Santos e R\$1.820 para Termares. O prazo de vencimento desse contrato é em 30 de junho de 2016. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

#### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2015 em R\$22.738 (R\$28.000 para o exercício de 2014), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, o

valor rateado com a controlada Ecorodovias Concessões e Serviços foi de R\$8.834.

A remuneração paga aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração (fixa/variável)	<b>5.906</b>	9.624
Gratificações	-	4.000
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 27.f)	<b>2.936</b>	5.948
Plano de incentivo retenção diretoria	<b>6.584</b>	7.500
Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/ Restricted Stock)	<b>319</b>	-
Previdência privada	<b>452</b>	408
	<b>16.197</b>	<b>27.480</b>

## 21. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas de 13,98% a 25,64% ao ano,

em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2013	ADIÇÃO (CUSTO)	PAGAMENTO	EFEITO FINANCEIRO
Constituição da provisão para manutenção	619.458	127.084	-	-
Efeito do valor presente sobre a constituição	(129.991)	(21.830)	-	-
Realização da manutenção	(385.722)	-	(78.661)	-
Ajuste a valor presente - realizações	74.303	-	-	15.183
	<b>178.048</b>	<b>105.254</b>	<b>(78.661)</b>	<b>15.183</b>
Circulante	49.932	-	-	-
Não circulante	128.116	-	-	-

31/12/2014	ADIÇÃO (CUSTO)	PAGAMENTO	EFEITO FINANCEIRO	31/12/2015
746.542	123.281	-	-	<b>869.823</b>
(151.821)	(31.394)	-	-	<b>(183.215)</b>
(464.383)	-	(98.058)	-	<b>(562.441)</b>
89.486	-	-	21.790	<b>111.276</b>
<b>219.824</b>	<b>91.887</b>	<b>(98.058)</b>	<b>21.790</b>	<b>235.443</b>
66.827	-	-	-	<b>55.869</b>
152.997	-	-	-	<b>179.574</b>

## 22. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 9,50% e 25,64% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2013	PAGAMENTO	EFEITO FINANCEIRO
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	-	-
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-
Realização da construção	(7.890)	(1.687)	-
Ajuste a valor presente - realizações	8.609	-	169
	<b>11.787</b>	<b>(1.687)</b>	<b>169</b>
Circulante	9.519		
Não circulante	2.268		

(\*) O montante de R\$85.580 adicionado no exercício de 31 de dezembro de 2015 refere-se às obras futuras da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte adquirido em abril de 2015, através de processo licitatório junto a Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANT.

## 23. OBRIGAÇÕES COM O PODER CONCEDENTE

### I) Verbas fixas e variáveis

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Parcelas:</b>		
Fixas - Ecovias (a)	<b>39.378</b>	48.363
Variável - Ecosul (e)	<b>139</b>	139
Variável - Ecovias (b)	<b>1.384</b>	1.308
Variável - Ecopistas (b)	<b>360</b>	359
Taxa de fiscalização - Eco101 (i)	<b>454</b>	419
Taxa de fiscalização - Ecoponte (h)	<b>236</b>	-
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização (c)	<b>238</b>	223
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (d)	<b>639</b>	588
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (f)	<b>279</b>	261
Outras - Ecoporto - Taxas CODESP (j)	<b>383</b>	1.206
	<b>43.490</b>	<b>52.866</b>
Circulante	<b>21.369</b>	20.618
Não circulante	<b>22.121</b>	32.248

CONTINUA »

31/12/2014	ADIÇÃO (*)	PAGAMENTO	EFEITO FINANCEIRO	31/12/2015
21.079	96.896	-	-	<b>117.975</b>
(10.011)	(11.316)	-	-	<b>(21.327)</b>
(9.577)	-	(1.151)	-	<b>(10.728)</b>
8.778	-	-	170	<b>8.948</b>
<b>10.269</b>	<b>85.580</b>	<b>(1.151)</b>	<b>170</b>	<b>94.868</b>
7.832				<b>43.227</b>
2.437				<b>51.641</b>

» CONTINUAÇÃO

- a) Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 31 de dezembro de 2015, restam 28 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 88,33% do total (83,33% em 31 de dezembro de 2014).
- b) A parcela variável da Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2015, o valor atualizado mensal é de R\$238 (R\$223 em 31 de dezembro de 2014).
- d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada Ecovia.
- e) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- f) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2015, a parcela reajustada é de R\$279 (R\$261 em 31 de dezembro de 2014).
- g) As controladas Ecovia e Ecocataratas recolhem a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.
- h) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2015, o valor atualizado é de R\$236.
- i) Taxa de fiscalização da Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.
- j) Referem-se aos pagamentos de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo - CODESP, da controlada Ecoporto Santos, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro.

As controladas indiretas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	14.717
2017	16.578	13.440
2018	5.543	4.091
	<b>22.121</b>	<b>32.248</b>

A movimentação das obrigações com o Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	52.866	63.051
Custo (vide Nota Explicativa nº 29)	55.647	56.822
Varição monetária sobre credor pela concessão	7.352	6.393
Pagamento do principal	(72.375)	(73.400)
<b>Saldo final</b>	<b>43.490</b>	<b>52.866</b>

## II) Outros compromissos relativos a concessões

**Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.**

A concessionária assumiu a responsabilidade pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.

- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

**Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.**

A concessionária assumiu a responsabilidade pela duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

**Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul**

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

**Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas**

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
  - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
  - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
  - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
  - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

**Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas**

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.

#### ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

#### Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

A Concessionária assumiu o seguinte compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de Verba de fiscalização à ANTT no valor anual inicial de R\$2.524 reajustados anualmente pelo índice de reajuste de tarifa de pedágio;

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$421 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2015, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. Os investimentos relativos a Concessionária Ponte Rio-Niterói estão sendo revisados e serão divulgados oportunamente.

	31/12/2015						
	ECOVIA PREVISÃO DE 2015 A 2021	ECOSUL PREVISÃO DE 2015 A 2026	ECOVIAS PREVISÃO DE 2015 A 2018	ECOCA- TARATAS PREVISÃO DE 2015 A 2021	ECOPISTAS PREVISÃO DE 2015 A 2039	ECO101 PREVISÃO DE 2015 A 2038	TOTAL
<b>Natureza dos custos</b>							
Melhorias na infraestrutura	81.162	281.710	171.856	22.937	104.208	1.682.178	2.344.051
Conservação especial (manutenção)	51.492	68.158	263.660	284.061	418.976	514.606	1.600.953
Equipamentos	11.062	16.053	44.418	60.915	207.565	317.588	657.601
<b>Total</b>	<b>143.716</b>	<b>365.921</b>	<b>479.934</b>	<b>367.913</b>	<b>730.749</b>	<b>2.514.372</b>	<b>4.602.605</b>

	31/12/2014						
	ECOVIA PREVISÃO DE 2015 A 2021	ECOSUL PREVISÃO DE 2015 A 2026	ECOVIAS PREVISÃO DE 2015 A 2018	ECOCA- TARATAS PREVISÃO DE 2015 A 2021	ECOPISTAS PREVISÃO DE 2015 A 2039	ECO101 PREVISÃO DE 2015 A 2038	TOTAL
<b>Natureza dos custos</b>							
Melhorias na infraestrutura	124.320	268.509	207.664	49.452	214.667	1.609.519	2.474.131
Conservação especial (manutenção)	54.440	65.486	282.187	291.568	403.270	464.979	1.561.930
Equipamentos	10.427	13.043	45.916	57.693	191.265	312.980	631.324
<b>Total</b>	<b>189.187</b>	<b>347.038</b>	<b>535.767</b>	<b>398.713</b>	<b>809.202</b>	<b>2.387.478</b>	<b>4.667.385</b>

## **24. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DA ECOVIA, ECOCATARATAS E ECOPORTO SANTOS**

### **Informações adicionais sobre o contrato de concessão**

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas e a Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Administração do Governo do Estado do Paraná, nos anos de 2002 a 2010, buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Governo do Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

A Companhia busca, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram o seu contrato de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original da equação econômico-financeira do contrato.

Diante da atual Administração estadual, as concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos.

Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento.

Também em março de 2012 foi emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido relatório concluiu preliminarmente que o contrato pode encontrar-se desequilibrado em desfavor do usuário. Foi apresentada defesa e impugnados os critérios considerados para reequilíbrio e as conclusões preliminares do relatório. Não há julgamento final ainda.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

### **Ecoporto Santos S.A.**

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e o Coporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente se o Coporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP), sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - ANTAQ a responsável pela fiscalização e regulação do setor. Até o presente momento, no que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o disposto na Portaria nº 349/2014 da SEP e a Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ, sendo necessário que o requerimento do Coporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes. O Coporto Santos deverá então, ao requerer a prorrogação do contrato, instruindo o processo com a documentação pertinente, seguir o procedimento estabelecido na normatização em vigor à época do requerimento, que deverá contar com a participação da SEP e da ANTAQ.



Em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho e constantes investimentos do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da Resolução ANTAQ nº 3.220/2014 e da Portaria SEP nº 349/2014, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção do Contrato será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104, em trâmite perante a 1ª Vara Federal da Subseção de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato de Arrendamento e de seus aditivos. Em março do corrente ano o Tribunal Regional Federal da 3ª Região negou provimento aos

recursos apelação apresentados pela Companhia. As decisões serão objeto de recurso aos Tribunais Superiores. Os recentes julgamentos não alteram a confiança da Administração da Companhia no resultado final das ações, baseada em pareceres de renomados juristas e nos resultados dos processos administrativos sobre o mesmo tema, que suportam a expectativa de êxito nessas demandas judiciais. Em 2014, foram proferidas decisões no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ, sobre a mesma matéria, reconhecendo a possibilidade de prorrogação do contrato de arrendamento. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

## 25. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Salários e outras obrigações a pagar	<b>12.653</b>	5.599	<b>39.960</b>	27.243
INSS a recolher	<b>291</b>	1.496	<b>4.621</b>	5.425
FGTS a recolher	<b>103</b>	449	<b>3.291</b>	2.121
IRRF a recolher	<b>261</b>	1.533	<b>2.832</b>	3.789
Provisão de férias	<b>476</b>	1.774	<b>21.640</b>	19.491
Contribuição sindical a recolher	-	-	<b>18</b>	14
Encargos sobre provisões a recolher - INSS e FGTS	<b>168</b>	536	<b>7.131</b>	5.796
	<b>13.952</b>	<b>11.387</b>	<b>79.493</b>	<b>63.879</b>

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

## 26. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

### Política contábil

O Grupo EcoRodovias faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de

recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	CONTROLADORA	
	CÍVEIS (A)	TOTAL
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>48</b>	<b>48</b>
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	21	21
(-) Pagamentos	-	-
(+) Atualização monetária	6	6
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>75</b>	<b>75</b>
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	-
(-) Pagamentos	(75)	(75)
(+) Atualização monetária	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	CÍVEIS (A)	TRIBUTÁRIAS (B)	TRABALHISTAS (C)	TOTAL
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2014</b>	<b>113.628</b>	<b>4.989</b>	<b>16.531</b>	<b>135.148</b>
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	16.762	1.626	6.985	25.373
(-) Pagamentos	(4.693)	(325)	(5.016)	(10.034)
(+) Atualização monetária	5.496	265	2.798	8.559
(+/-) Reclassificações	(2.740)	133	2.607	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>128.453</b>	<b>6.688</b>	<b>23.905</b>	<b>159.046</b>

	CÍVEIS (A)	TRIBUTÁRIAS (B)	TRABALHISTAS (C)	TOTAL
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2015</b>	<b>128.453</b>	<b>6.688</b>	<b>23.905</b>	<b>159.046</b>
Aquisição de empresas (*)	25.103	8.234	10.272	43.609
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(9.267)	4.135	3.430	(1.702)
(-) Pagamentos	(7.259)	(1.340)	(5.472)	(14.071)
(+) Atualização monetária	18.437	1.789	7.953	28.179
(+/-) Reclassificações	(493)	-	493	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>154.974</b>	<b>19.506</b>	<b>40.581</b>	<b>215.061</b>

(\*) Vide Nota Explicativa nº 5.b.

#### (a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$77.268 em 31 de dezembro de 2015 (R\$46.581 em 31 de dezembro de 2014), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

As principais causas classificadas como prováveis, ou seja, com constituição de provisão são:

- (i) A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a Concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013 (em 31 de dezembro de 2015 este valor atualizado é de R\$45.258, sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que para 31 de dezembro de 2015 o valor atualizado desse depósito judicial é de R\$45.258.
- (ii) A controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depó-

sito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente.

Para tanto, estão pendentes de julgamento recursos e medidas judiciais objetivando conceder à Companhia autorização para retomada da referida cobrança. Em 31 de dezembro de 2015, o valor contingenciado é de R\$73.111 (R\$64.492 em 31 de dezembro de 2014). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.

A principal causa classificada como possível, ou seja sem constituição de provisão é:

- i. Washington Barbeito de Vasconcellos, Zardust Empreendimentos Marítimos Ltda., Agnes Dagmar Bullentini Barbeito de Vasconcellos e Yuri Bullentini Barbeito de Vasconcellos ("Autores") ajuizaram ação contra a Companhia e suas controladas Ecoporto Transporte Ltda. ("Ecoporto Transporte"), Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos") e Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda. ("Termares"). Também constam como réus da ação Aba Infra-Estrutura e Logística Ltda. ("Aba") e FCA Comércio Exterior e Logística Ltda. ("FCA"). Os autores pleiteiam que os réus sejam condenados a pagar aproximadamente R\$164.670, atualizado em 31 de dezembro de 2015, a título de "prêmio pela venda do controle do COMPLEXO TECONDI", o que supostamente corresponderia a 50% de um sobrepreço que seus antigos sócios ("Aba") e ("FCA") receberam da Companhia pela venda do Ecoporto Santos. Os autores pleiteiam também que os Réus sejam obrigados a liberar parte do preço de venda já pago e retido em conta garantia, no valor atualizado de R\$86.352 em 31 de dezembro de 2015, sob o argumento de que não teria fundamento jurídico para tal retenção, acrescido de multa contratual na ordem de R\$6.045. Em 27 de julho de 2015, a Companhia apresentou contestação em conjunto com suas controladas. Na sequência, houve apresentação de réplica e trélicas. Não houve conciliação na audiência designada e atualmente aguarda-se a decisão do juiz sobre o prosseguimento do processo. Com base na avaliação dos advogados constituídos para o caso, a Companhia tem confiança de que obterá êxito na ação, a qual tem perda classificada como possível, segundo os critérios contábeis aplicáveis.

#### (b) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 31 de dezembro de 2015, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$22.163 (R\$28.560 em 31 de dezembro de 2014), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Os principais processos tributários são conforme segue:

Decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$8.542 (R\$6.730 em 31 de dezembro de 2014).

#### (c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2015, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$124.276 (R\$70.499 em 31 de dezembro de 2014), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Durante o mês de agosto foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão recente, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento à tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento esse processo tem probabilidade de êxito possível.

## 27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social subscrito e integralizado de R\$1.320.549 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

#### b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.

#### c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo é de R\$160.791 (R\$155.342 em 31 de dezembro de 2014).

#### d) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital

Em 28 de abril de 2014, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária, o montante de R\$388.105 registrado na rubrica "Orçamento de capital" nos anos de 2010 e 2011 foi destinado ao pagamento de dividendos.

#### e) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 2015 no valor de R\$235.897 refere-se ao saldo remanescente de dividendos de 2014, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015.

Não foram distribuídos valores a título de dividendos intermediários no exercício de 2015. Em 31 de dezembro de 2015, foi constituído o montante de R\$25.881 a título de dividendos mínimo obrigatório registrados no passivo circulante, conforme demonstrado a seguir:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	<b>108.974</b>	471.900
Constituição de reserva legal	<b>(5.449)</b>	(23.595)
Base de cálculo dos dividendos	<b>103.525</b>	448.305
Dividendos intermediários pagos	-	(130.105)
Dividendos mínimo obrigatório	<b>(25.881)</b>	-
Juros sobre capital próprio	-	(82.303)
Dividendos pagos (a pagar) no exercício seguinte	<b>(77.644)</b>	(235.897)

#### f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “despesas de pessoal” corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais.

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

O plano de opção com base em ações da Companhia, emitido em 2010, tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela Companhia, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da Companhia, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia.

O Conselho de Administração disponibilizou 11.666.277 ações ordinárias para esse plano, como segue:

	1ª OUTORGA 31/08/2010	2ª OUTORGA 22/03/2011	3ª OUTORGA 25/04/2012	4ª OUTORGA 25/04/2013	5ª OUTORGA 28/04/2014
Quantidade de opções de ações	685.764	1.212.045	1.524.074	2.594.808	5.649.586
Preço de período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o exercício de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi registrado na rubrica “Pla-

no de opção com base em ações” o valor de R\$4.910 (R\$5.949 em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª OUTORGA	2ª OUTORGA	3ª OUTORGA	4ª OUTORGA	5ª OUTORGA	TOTAL
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>685.764</b>	-	-	-	-	<b>685.764</b>
Outorgadas	-	1.212.045	-	-	-	1.212.045
Exercidas	(21.942)	-	-	-	-	(21.942)
Canceladas	(17.553)	-	-	-	-	(17.553)
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>646.269</b>	<b>1.212.045</b>	-	-	-	<b>1.858.314</b>
Outorgadas	-	-	1.524.074	-	-	1.524.074
Exercidas	(257.410)	(196.899)	-	-	-	(454.309)
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>388.859</b>	<b>1.015.146</b>	<b>1.524.074</b>	-	-	<b>2.928.079</b>
Outorgadas	-	-	-	2.594.808	-	2.594.808
Exercidas	(79.886)	(168.658)	(96.913)	-	-	(345.457)
Canceladas	(81.715)	(246.373)	(377.491)	(622.951)	-	(1.328.530)
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>227.258</b>	<b>600.115</b>	<b>1.049.670</b>	<b>1.971.857</b>	-	<b>3.848.900</b>
Outorgadas	-	-	-	-	5.649.586	5.649.586
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>227.258</b>	<b>600.115</b>	<b>1.049.670</b>	<b>1.971.857</b>	<b>5.649.586</b>	<b>9.498.486</b>
Canceladas	(39.361)	(85.320)	(125.443)	(37.158)	(723.967)	(1.011.249)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>187.897</b>	<b>514.795</b>	<b>924.227</b>	<b>1.934.699</b>	<b>4.925.619</b>	<b>8.487.237</b>

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

ANO	PREÇO MÉDIO DO PERÍODO POR AÇÃO EM R\$	QUANTIDADE DE AÇÕES	VALOR JUSTO MÉDIO DA OPÇÃO EM R\$	TOTAL DO CUSTO	PRAZO PARA EXERCER
2016	17,72	1.946.137	2,67	5.203	11 meses
2017	17,73	1.715.081	3,16	5.420	23 meses
2018	14,04	1.231.407	2,10	2.586	35 meses
		<b>4.892.625</b>	<b>2,64</b>	<b>13.209</b>	

#### g) Ações em tesouraria

##### Política contábil

Instrumentos patrimoniais próprios readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer

diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

O Conselho de Administração aprovou quatro programas de recompra de ações que ocorrerão sem redução de capital social e com a utilização de reser-

vas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, como demonstrado a seguir:

	1º PROGRAMA	2º PROGRAMA	3º PROGRAMA	4º PROGRAMA
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013	06/06/2014
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081	199.611.859
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000	2.400.000

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
	QUANTIDADE	AÇÕES VALOR	CUSTO MÉDIO - R\$ POR AÇÃO
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>149.502</b>	<b>(2.011)</b>	<b>13,45</b>
Exercidas em 2012	(454.309)	6.945	15,29
Recompra em 2012	480.495	(7.759)	16,15
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>175.688</b>	<b>(2.825)</b>	<b>16,08</b>
Exercidas em 2013	(345.457)	5.883	17,03
Recompra em 2013	712.482	(11.546)	16,21
Cessão diretores	(3)	-	17,03
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>542.710</b>	<b>(8.488)</b>	<b>15,64</b>
Recompra em 2014	1.690.282	(20.979)	12,36
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>2.232.992</b>	<b>(29.467)</b>	<b>13,20</b>
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>2.232.992</b>	<b>(29.467)</b>	<b>13,20</b>

A Companhia mantém em tesouraria 2.232.992 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 30 de dezembro de 2015, de R\$5,09. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 30 de dezembro de 2015, é de R\$11.366.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$30.825, transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

## h) Participações dos acionistas não controladores

	2015	2014
Saldo inicial	<b>53.817</b>	26.059
Participação nos lucros	<b>6.798</b>	2.350
Opções outorgadas reconhecidas	<b>81</b>	103
Aporte de capital de acionista não controlador	-	31.500
Pagamento de dividendos a acionista não controlador	<b>(4.717)</b>	(6.195)
Saldo final	<b>55.979</b>	53.817

## 28. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO

### Política contábil

#### Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As receitas de logística são reconhecidas quando da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de contêineres vazios.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

- As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

#### Imposto sobre prestação de serviços

Receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre prestação de serviços, exceto quando os impostos sobre prestação de serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre prestação de serviços são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviços.

Quando o valor líquido dos impostos sobre a prestação de serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Receita com arrecadação de pedágio:</b>		
Pedágio em numerário	<b>910.603</b>	790.759
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	<b>1.022.671</b>	935.908
Vale-pedágio	<b>174.135</b>	160.253
Outras	<b>778</b>	762
	<b>2.108.187</b>	<b>1.887.682</b>
Receitas de construção	<b>443.090</b>	713.563
Receitas portuárias (d)	<b>352.702</b>	508.346
Receitas acessórias (b)	<b>71.905</b>	62.605
Receitas de logística (e)	<b>203.604</b>	-
Receita de prestação de serviços intercompany (c)	<b>6.970</b>	11.261
Receita bruta total	<b>3.186.458</b>	3.183.457
Deduções de receita (f)	<b>(285.751)</b>	(246.456)
<b>Receita líquida</b>	<b>2.900.707</b>	<b>2.937.001</b>

(a) Referem-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.

(b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.



(c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias.

(d) Referem-se às receitas auferidas pelas empresas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos, Ecoporto Transportes e Termares.

(e) Referem-se às receitas auferidas pelas empresas que atuam no ramo de serviços de logística: Elog S.A., Elog Logística Sul e Ecopátio Cubatão.

(f) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Base de cálculo de impostos</b>		
Receitas com arrecadação de pedágio	<b>2.108.187</b>	1.887.682
Receitas portuárias	<b>352.702</b>	508.346
Receitas acessórias e intercompany	<b>78.875</b>	73.866
Receitas de logística	<b>203.604</b>	-
	<b>2.743.368</b>	<b>2.469.894</b>
<b>Deduções</b>		
Cofins (i)	<b>(121.603)</b>	(106.360)
PIS (ii)	<b>(26.362)</b>	(23.065)
ISS (iii)	<b>(131.512)</b>	(116.653)
Outros - ICMS	<b>(1.536)</b>	(168)
Fundaf	<b>(4.727)</b>	-
Devoluções e abatimentos	<b>(11)</b>	(210)
	<b>(285.751)</b>	<b>(246.456)</b>

(i) Alíquota para: concessionárias 3% e portos e logística 7,6%.

(ii) Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos e logística 1,65%.

(iii) Alíquota de média de 4,8%.

## 29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal	<b>29.351</b>	43.554	<b>440.249</b>	373.440
Conservação e manutenção e outros	-	815	<b>95.627</b>	86.404
Serviços de terceiros (*)	<b>14.898</b>	49.282	<b>283.178</b>	309.325
Seguros (vide Nota Explicativa nº 36)	<b>371</b>	255	<b>22.821</b>	18.486
Depreciações e amortizações	<b>689</b>	644	<b>365.627</b>	308.957
Poder concedente	-	-	<b>55.647</b>	56.822
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	<b>1.797</b>	2.203	<b>56.507</b>	28.575
Provisão para manutenção	-	-	<b>91.887</b>	105.254
Custo de construção de obras	-	-	<b>443.090</b>	713.563
Outros custos e despesas operacionais	<b>2.218</b>	3.122	<b>96.838</b>	78.806
	<b>49.324</b>	<b>99.875</b>	<b>1.951.471</b>	<b>2.079.632</b>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	<b>1.620.189</b>	1.721.156
Despesas gerais e administrativas	<b>49.324</b>	99.875	<b>331.282</b>	358.476
	<b>49.324</b>	<b>99.875</b>	<b>1.951.471</b>	<b>2.079.632</b>

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

### 30. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Receitas financeiras:</b>				
Receita de aplicações financeiras	9.859	12.407	88.071	99.276
Mútuos	12.570	-	-	-
Receita de operação <i>swap</i>	-	-	-	905
Variação monetária sobre debêntures	-	-	-	4.745
Atualização monetária de créditos fiscais	4.077	826	32.802	14.167
Variação cambial/monetária sobre empréstimos	-	-	9.657	1.372
Outras	8	-	13.905	7.180
	<b>26.514</b>	<b>13.233</b>	<b>144.435</b>	<b>127.645</b>
<b>Despesas financeiras:</b>				
Juros sobre debêntures	(60.532)	-	(354.394)	(221.794)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(37.192)	(32.726)	(133.669)	(96.175)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	(218.877)	(133.590)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	(7.352)	(6.393)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(732)	-	(9.969)	(6.989)
Ajuste a valor presente - interpretação técnica ICPC 01	-	-	(21.960)	(15.352)
Despesas bancárias	(8)	(110)	(650)	(1.213)
Variação cambial sobre financiamentos	-	-	(33.247)	(5.697)
Juros sobre mútuo	(19.186)	-	-	-
IOF s/ empréstimos e financiamentos	-	-	(22)	-
Comissão notas promissórias	-	(438)	-	(438)
Despesa de operação <i>swap</i>	-	-	-	(431)
Atualização monetária contingências	(48)	(366)	(21.914)	(13.252)
Outras	(8.873)	(1.304)	(30.392)	(18.831)
	<b>(126.571)</b>	<b>(34.944)</b>	<b>(832.446)</b>	<b>(520.155)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(100.057)</b>	<b>(21.711)</b>	<b>(688.011)</b>	<b>(392.510)</b>

### 31. LUCRO POR AÇÃO

CONTROLADORA E CONSOLIDADO	31/12/2015	31/12/2014
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,20	0,85
Lucro diluído por ação das operações continuadas	0,20	0,84

#### a) Lucro básico por ação

CONTROLADORA E CONSOLIDADO	31/12/2015	31/12/2014
<b>Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia</b>	<b>108.974</b>	<b>471.900</b>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	<b>558.699</b>	558.699
Média ponderada das ações em tesouraria	<b>(2.233)</b>	(1.614)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<b>556.466</b>	557.085
<b>Lucro básico por ação - R\$</b>	<b>0,20</b>	<b>0,85</b>

#### b) Lucro diluído

CONTROLADORA E CONSOLIDADO	31/12/2015	31/12/2014
<b>Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia</b>	<b>108.974</b>	<b>471.900</b>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<b>556.466</b>	557.085
Ajuste por opções de compra de ações exercíveis	<b>2.233</b>	1.614
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído	<b>558.699</b>	558.699
<b>Lucro diluído por ação - R\$</b>	<b>0,20</b>	<b>0,84</b>

### 32. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - PLR

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a participação nos lucros e resultados foi de R\$2.391 (R\$1.472 em 31 de dezembro de 2014), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

#### Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele

possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

## Índice de endividamento

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Dívida (a)	<b>615.113</b>	497.435	<b>5.323.701</b>	4.238.773
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<b>(62.873)</b>	(12.194)	<b>(823.217)</b>	(660.719)
Dívida líquida	<b>552.240</b>	485.241	<b>4.500.484</b>	3.578.054
Patrimônio líquido (b)	<b>1.582.475</b>	1.730.369	<b>1.638.454</b>	1.784.186
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>0,35</b>	<b>0,28</b>	<b>2,75</b>	<b>2,01</b>

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nos 18, 19 e 23.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

## Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 99,9% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nos 18, 19 e 23.

## Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e

de suas controladas em 31 de dezembro de 2015 são como segue:

	CLASSIFICAÇÃO	SALDO CONTÁBIL	VALOR JUSTO
<b>Ativos:</b>			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	33.989	33.989
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	197.979	197.979
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	789.264	789.264
<b>Passivos:</b>			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	94.158	94.158
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	986.707	986.707
Debêntures (c)	Outros passivos financeiros	4.293.504	4.293.504
Obrigações com o Poder Concedente (d)	Outros passivos financeiros	43.490	45.120

(a) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(d) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com o Poder Concedente".

## Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

### a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

#### i) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas por algumas controladas da Companhia, com as quais possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo devedor em moeda estrangeira - Finimp é conforme segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Ecoporto Santos S.A. - US\$	31.647	20.028
Elog S.A. - US\$	77	-
Elog S.A. - EUR	76	-

#### ii) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

### b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$105.115 (R\$95.359 em 31 de dezembro de 2014), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

MODALIDADE	TAXA DE JUROS (MÉDIA PONDERADA) EFETIVA - % A.A.	PRÓXIMOS 12 MESES	ENTRE 13 E 24 MESES	ENTRE 25 E 36 MESES	37 MESES EM DIANTE
BNDES - Ecopistas	TJLP + 2,45% a.a.	43.188	41.166	39.163	114.378
BNDES - Ecopistas	IPCA + 2,45% a.a.	12.243	7.506	7.408	38.955
BNDES - Cataratas	TJLP + 2,10% a.a.	7.702	7.285	4.052	-
BNDES	TJLP+1%+4,05%a.a.	62.850	-	-	-
BNDES	Cesta de moedas + 4,05% a.a.	124.285	-	-	-
Debêntures - ECS	IPCA + 5,00% a.a.	13.251	12.247	146.704	154.895
Debêntures - Ecopistas	IPCA + 8,25% a.a.	90.384	84.083	104.649	678.212
Debêntures - ECS	IPCA + 5,35% a.a.	35.437	32.759	36.383	1.041.283
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80% a.a.	16.738	11.190	12.434	369.574
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28% a.a.	64.174	42.913	47.681	2.018.602
Debêntures - ECS	CDI + 0,79% a.a.	119.522	100.634	89.186	-
Debêntures	105,7% CDI	345.315	-	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	IGP-M	18.507	20.458	7.538	-
Nota promissória	CDI + 2,50% a.a.	139.954	-	-	-
Nota promissória	CDI + 2,65% a.a.	34.234	192.896	-	-
Finame	6,00% a.a.	312	297	282	407
Finame - Cataratas	2,50% a.a.	51	50	49	176
Finame - Cataratas	3,00% a.a.	58	57	28	-
Finame - Cataratas	TJLP + 2,99% a.a.	438	158	-	-
Finame	TJLP + 4,05% a.a.	146.208	-	-	-

## Análise de sensibilidade

### Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA, do IGP-M e Cestas de Moedas, principais indicadores das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

OPERAÇÃO	RISCO	JUROS A INCORRER		
		CENÁRIO I PROVÁVEL	CENÁRIO II - 25%	CENÁRIO III - 50%
Juros de aplicações financeiras (h)	Baixa do CDI	86.934	65.201	43.467
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(67.650)	(69.770)	(71.838)
Juros sobre debêntures (c)	Alta do IPCA	(134.693)	(139.828)	(144.942)
Notas promissórias (a)	Alta do CDI	(77.023)	(91.627)	(106.087)
Empréstimos e financiamentos (g)	Alta da cesta de moedas	(5.623)	(7.311)	(8.999)
Empréstimos e financiamentos (d)	Alta do TJLP	(23.713)	(23.913)	(24.111)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta da IPCA	(64.338)	(65.729)	(67.119)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IGP-M	(87)	(108)	(130)
<b>Juros a incorrer, líquidos</b>		<b>(286.193)</b>	<b>(333.085)</b>	<b>(379.759)</b>

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2015 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses, com exceção da Libor, que são seis meses) foram as seguintes:

INDICADORES	CENÁRIO I PROVÁVEL	CENÁRIO II - 25%	CENÁRIO III - 50%
CDI (a)	14,97%	18,71%	22,46%
IGP-M (b)	6,21%	7,76%	9,31%
IPCA (c)	6,89%	8,61%	10,34%
TJLP (d)	7,50%	9,38%	11,25%
US\$ (e)	4,23	5,29	6,35
EUR (f)	4,25	5,29	6,38
Cesta de moedas UMBNDES (g)	4,08%	5,10%	6,12%
CDI (h)	14,97%	11,23%	7,49%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

### 34. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONSOLIDADO

A Companhia possui um plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R\$4.024 (R\$3.092 em 31 de dezembro de 2014), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

### 35. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2015, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

MODALIDADE	COBERTURA
Seguro-garantia	R\$1,2 milhão
“All Risk” - diversos	R\$3,2 milhões
“All Risk” - responsabilidade civil	R\$1,3 milhão
“All Risk” - danos materiais	R\$11,7 milhões
Seguro-sede	R\$4 milhões
“All Risk” - perda de receita	R\$1,8 milhão
Veículos	Tabela FIPE
“All Risk” - obras de conservação e manutenção	R\$200 milhões
“All Risk” - operador portuário	US\$230 milhões
Multirrisco	R\$21 milhões

### 36. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“Chief Operating Decision-Maker - CODM”).

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

#### a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte.

#### b) Logística

Os sistemas logísticos são formados pela integração entre as concessões rodoviárias do Grupo EcoRodovias e situadas em áreas estratégicas do território brasileiro com plataformas logísticas, que visam integrar terminais logísticos intermodais, terminais portuários, terminais retroportuários, centros de distribuição, recintos alfandegários e portos, bem como a prestação de serviços integrados de logística, sempre buscando um diferencial de valor agregado. A Companhia detém 100% das empresas de logística. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes empresas: Elog S.A., Elog Logística Sul Ltda., Ecopátio Logística Cubatão Ltda., ELG-01 Participações Ltda., Anish Empreendimentos e Participações Ltda. e Paquetá Participações Ltda., Maringá Armazéns Gerais Ltda. E Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda..

#### c) “Holding” e serviços

Esse segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03 e EIL04 e as “Holdings” EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., “holding” do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

#### d) Portos

Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, nesse segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Ecoporto Transporte Ltda.



A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014
Concessões	74,4%	72,9%
Logística	9,9%	8,1%
“Holding” e serviços	6,1%	5,5%
Portos	9,6%	13,5%

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumarizada relacionada aos segmentos para 31 de dezembro de 2015 e 2014. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras, bem como as práticas contábeis aplicadas:

CONTAS	31/12/2015			
	CONCESSÕES	PORTOS	LOGÍSTICA	HOLDING E SERVIÇOS
Ativo circulante	680.092	59.949	83.775	389.659
Ativo não circulante	3.976.636	918.789	621.093	4.071.385
<b>Total do ativo</b>	<b>4.656.728</b>	<b>978.738</b>	<b>704.868</b>	<b>4.461.044</b>
Passivo circulante	1.068.522	201.649	241.917	279.595
Passivo não circulante	2.331.889	606.557	231.179	1.727.390
Patrimônio líquido	1.256.317	170.532	231.772	2.454.059
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>4.656.728</b>	<b>978.738</b>	<b>704.868</b>	<b>4.461.044</b>
Receita líquida	2.434.280	313.056	324.573	200.448
Custo dos serviços prestados	(1.282.336)	(187.852)	(273.383)	(107.721)
Lucro bruto	1.151.944	125.204	51.190	92.727
Receitas (despesas) operacionais	(151.914)	(155.292)	(88.093)	(79.684)
Equivalência patrimonial	-	-	-	668.085
Lucro/prejuízo operacional antes do resultado financeiro	1.000.030	(30.088)	(36.903)	681.128
Resultado financeiro	(352.777)	(119.375)	(43.437)	(191.046)
Lucro/prejuízo operacional antes dos impostos	647.253	(149.463)	(80.340)	490.082
Imposto de renda e contribuição social	(207.988)	48.875	30.525	(89)
<b>Lucro/prejuízo líquido do exercício</b>	<b>439.265</b>	<b>(100.588)</b>	<b>(49.815)</b>	<b>489.993</b>

				31/12/2014
CONTAS	CONCESSÕES	PORTOS	LOGÍSTICA	HOLDING E SERVIÇOS
Ativo circulante	410.548	111.267	62.656	447.576
Ativo não circulante	3.670.929	830.901	455.424	3.507.491
<b>Total do ativo</b>	<b>4.081.477</b>	<b>942.168</b>	<b>518.080</b>	<b>3.955.067</b>
Passivo circulante	563.292	246.035	103.176	550.719
Passivo não circulante	2.278.585	591.665	213.642	868.802
Patrimônio líquido	1.239.600	104.468	201.262	2.535.546
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>4.081.477</b>	<b>942.168</b>	<b>518.080</b>	<b>3.955.067</b>
Receita líquida	2.495.793	471.915	284.365	190.696
Custo dos serviços prestados	(1.469.092)	(240.163)	(251.872)	(131.370)
Lucro bruto	1.026.701	231.752	32.493	59.326
Receitas (despesas) operacionais	(165.954)	(143.102)	(69.203)	134.529
Equivalência patrimonial	-	-	-	790.453
Lucro/prejuízo operacional antes do resultado financeiro	860.747	88.650	(36.710)	984.308
Resultado financeiro	(234.965)	(75.563)	(28.685)	(81.764)
Lucro/prejuízo operacional antes dos impostos	625.782	13.087	(65.395)	902.544
Imposto de renda e contribuição social	(208.878)	(5.712)	24.465	(30.160)
<b>Lucro/prejuízo líquido do exercício</b>	<b>416.904</b>	<b>7.375</b>	<b>(40.930)</b>	<b>872.384</b>